

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	22
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	23
DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009	24
Demonstração do Valor Adicionado	25

Relatório da Administração	27
Notas Explicativas	50
Proposta de Orçamento de Capital	112
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	113

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	115
--	-----

## Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	119
Motivos de Reapresentação	120

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	68.889
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>68.889</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	31/05/2010	Ordinária		0,60773
Reunião do Conselho de Administração	25/03/2011	Dividendo		Ordinária		0,99654

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
1	Ativo Total	1.717.014	1.432.119	1.205.242
1.01	Ativo Circulante	229.293	92.798	27.729
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	76.906	12.018	5.332
1.01.03	Contas a Receber	91.130	48.333	6.981
1.01.03.01	Clientes	0	0	102
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	91.130	48.333	6.879
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	91.130	48.333	6.879
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.828	8.720	6.439
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.828	8.720	6.439
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	8.828	8.720	6.439
1.01.07	Despesas Antecipadas	130	133	34
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.299	23.594	8.943
1.01.08.03	Outros	52.299	23.594	8.943
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	51.962	22.978	8.580
1.01.08.03.02	Adiantamento para Novos Projetos	0	256	247
1.01.08.03.03	Outros Créditos	337	360	116
1.02	Ativo Não Circulante	1.487.721	1.339.321	1.177.513
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	420.111	419.872	427.263
1.02.01.03	Contas a Receber	120	155	116
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	120	155	116
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	416.000	416.000	424.041
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	416.000	416.000	424.041
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.991	3.717	3.106
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	3.991	3.717	3.106
1.02.02	Investimentos	1.061.581	914.482	746.248
1.02.02.01	Participações Societárias	1.061.581	914.482	746.248
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.060.528	913.429	745.195
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	5.676	4.642	3.771

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.676	4.642	3.771
1.02.04	Intangível	353	325	231
1.02.04.01	Intangíveis	353	325	231

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
2	Passivo Total	1.717.014	1.432.119	1.205.242
2.01	Passivo Circulante	157.945	93.455	30.703
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.468	3.648	2.890
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.468	3.648	2.890
2.01.02	Fornecedores	183	833	826
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	183	833	826
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.241	1.547	812
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	81.436	44.573	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	81.436	44.573	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	81.436	44.573	0
2.01.05	Outras Obrigações	69.617	42.854	26.175
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	835	837	1.004
2.01.05.02	Outros	68.782	42.017	25.171
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68.650	41.866	25.041
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	13	13	13
2.01.05.02.05	Outros	119	138	117
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000	365.828
2.02.02	Outras Obrigações	356.000	356.000	365.828
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	356.000	356.000	365.828
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	356.000	356.000	365.828
2.03	Patrimônio Líquido	1.203.069	982.664	808.711
2.03.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	676.257	455.852	281.899
2.03.04.01	Reserva Legal	41.093	26.640	17.826
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	635.164	429.212	264.073
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	278.647	211.650	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.527	-17.691	0
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-11.678	-10.624	0
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-5.467	-4.613	0
3.04.02.03	Tributárias	-1.382	-2.454	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.287	2.536	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	293.887	226.805	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	278.647	211.650	0
3.06	Resultado Financeiro	13.025	7.376	0
3.06.01	Receitas Financeiras	56.604	48.384	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.579	-41.008	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	291.672	219.026	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.617	-3.207	0
3.08.01	Corrente	-2.617	-3.207	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	289.055	215.819	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	289.055	215.819	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,19595	3,13285	0,00000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	289.055	215.819	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	289.055	215.819	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.234	-16.471	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-298.811	-221.429	0
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	970	724	0
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	40	3	0
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	-5.934	4.649	0
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-293.887	-226.805	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	522	-10.861	0
6.01.02.01	Contas a Receber	35	146	0
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	-8.987	0
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	3	-99	0
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-108	-2.281	0
6.01.02.05	Outros Créditos	-251	-960	0
6.01.02.06	Fornecedores	-650	7	0
6.01.02.07	Obrigações Sociais	1.820	758	0
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	-306	735	0
6.01.02.09	Contas a Pagar - Sociedades Ligadas	-2	-167	0
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-19	-13	0
6.01.03	Outros	289.055	215.819	0
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	289.055	215.819	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	115.988	42.475	0
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-1.931	-1.534	0
6.02.02	Adições ao Intangível	-141	-167	0
6.02.03	Adiantamento para Novos Projetos	256	-9	0
6.02.04	Adições aos Investimentos	-161.092	-101.000	0
6.02.05	Redução de Capital de Sociedade Controlada	116.092	9.000	0
6.02.06	Recebimento de Dividendos - Exercícios Anteriores	149.156	8.557	0
6.02.07	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	13.648	23.532	0
6.02.08	Recebimento de Dividendos	0	104.096	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-41.866	-19.318	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-41.866	-25.007	0
6.03.02	Recebimento de Mútuos	0	5.689	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	64.888	6.686	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.018	5.332	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	76.906	12.018	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	433.581	0	0	982.664
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	433.581	0	0	982.664
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-68.650	0	-68.650
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-68.650	0	-68.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	289.055	0	289.055
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.055	0	289.055
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	220.405	-220.405	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	14.453	-14.453	0	0
5.06.05	Reserva de Lucro	0	0	205.952	-205.952	0	0
5.07	Saldos Finais	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	259.628	0	0	808.711
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	39.541	0	0	39.541
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	299.169	0	0	848.252
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-41.866	0	-41.866
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-41.866	0	-41.866
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	176.278	0	176.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	176.278	0	176.278
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	134.412	-134.412	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.814	-8.814	0	0
5.06.05	Reserva de Lucro	0	0	125.598	-125.598	0	0
5.07	Saldos Finais	549.083	0	433.581	0	0	982.664

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	264.810	0	0	813.893
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-5.182	0	0	-5.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	259.628	0	0	808.711
5.07	Saldos Finais	549.083	0	259.628	0	0	808.711

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
7.04	Retenções	-905	-724	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-905	-724	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-905	-724	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	353.773	277.725	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	293.887	226.805	0
7.06.02	Receitas Financeiras	56.459	48.134	0
7.06.03	Outros	3.427	2.786	0
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	1.779	1.178	0
7.06.03.02	Receita de Aluguel	410	399	0
7.06.03.03	Outros	1.238	1.209	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	352.868	277.001	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	352.868	277.001	0
7.08.01	Pessoal	7.671	7.098	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.738	6.268	0
7.08.01.02	Benefícios	523	463	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	410	367	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.724	7.367	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.418	46.717	0
7.08.03.01	Juros	43.465	40.929	0
7.08.03.02	Aluguéis	759	773	0
7.08.03.03	Outras	6.194	5.015	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	289.055	215.819	0
7.08.04.02	Dividendos	68.650	41.866	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	220.405	173.953	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
1	Ativo Total	4.821.477	3.467.614	2.612.540
1.01	Ativo Circulante	1.387.678	532.244	180.060
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.168.288	442.192	116.284
1.01.02	Aplicações Financeiras	96.875	0	0
1.01.03	Contas a Receber	84.517	64.228	38.536
1.01.03.01	Clientes	84.428	64.141	38.449
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	89	87	87
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	89	87	87
1.01.04	Estoques	2.819	2.279	3.390
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.680	13.550	11.875
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.702	6.762	4.771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.797	3.233	5.204
1.01.08.03	Outros	4.797	3.233	5.204
1.01.08.03.02	Adiantamento para Novos Projetos	0	256	247
1.01.08.03.03	Outros Créditos	4.797	2.977	4.957
1.02	Ativo Não Circulante	3.433.799	2.935.370	2.432.480
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.052	79.867	71.467
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	301	5.298	5.036
1.02.01.03	Contas a Receber	148	170	146
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	148	170	146
1.02.01.06	Tributos Diferidos	88.151	61.530	59.796
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.151	61.530	59.796
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	162	510	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.290	12.359	6.489
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.290	10.660	4.772
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	0	1.699	1.717
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053	1.053

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
1.02.03	Imobilizado	48.114	27.671	21.705
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48.114	27.671	21.705
1.02.04	Intangível	3.281.580	2.826.779	2.338.255
1.02.04.01	Intangíveis	3.281.580	2.826.779	2.338.255

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
2	Passivo Total	4.821.477	3.467.614	2.612.540
2.01	Passivo Circulante	1.637.298	1.280.972	488.923
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.810	33.358	20.921
2.01.01.01	Obrigações Sociais	40.810	33.358	20.921
2.01.02	Fornecedores	71.124	55.076	124.662
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.124	55.076	124.662
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.444	48.779	54.919
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.234.363	946.883	101.646
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	938.278	946.883	101.646
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	938.278	946.883	101.646
2.01.04.02	Debêntures	296.085	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	192.093	129.324	127.969
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	816	895	978
2.01.05.02	Outros	191.277	128.429	126.991
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68.650	41.866	25.041
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	24.397	20.411	24.944
2.01.05.02.05	Outros	38.591	10.958	22.473
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	59.639	55.194	54.533
2.01.06	Provisões	48.464	67.552	58.806
2.01.06.02	Outras Provisões	48.464	67.552	58.806
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	38.990	62.474	52.401
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.474	5.078	6.405
2.02	Passivo Não Circulante	2.097.398	1.335.460	1.457.921
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.554.179	847.050	935.070
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	42.758	847.050	935.070
2.02.01.02	Debêntures	1.511.421	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	325.428	323.269	362.099
2.02.02.02	Outros	325.428	323.269	362.099
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	316.066	320.576	361.660

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009</b>
2.02.02.02.04	Receita Diferida	501	452	429
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.861	2.241	10
2.02.03	Tributos Diferidos	28.402	17.765	13.586
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.402	17.765	13.586
2.02.04	Provisões	189.389	147.376	147.166
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.218	7.368	3.495
2.02.04.02	Outras Provisões	179.171	140.008	143.671
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	124.331	78.756	78.121
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	54.840	61.252	65.550
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.086.781	851.182	665.696
2.03.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	559.969	324.370	138.884
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.184.529	1.850.091	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.385.738	-1.203.006	0
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-767.911	-589.916	0
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-617.827	-613.090	0
3.03	Resultado Bruto	798.791	647.085	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-146.042	-137.905	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-142.942	-127.395	0
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-130.416	-116.474	0
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-12.526	-10.921	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.200	3.419	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.300	-13.929	0
3.04.05.01	Tributárias	-2.199	-5.796	0
3.04.05.02	Amortização do Ágio em Investimentos	-6.101	-8.133	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	652.749	509.180	0
3.06	Resultado Financeiro	-217.898	-165.896	0
3.06.01	Receitas Financeiras	92.792	33.308	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-310.690	-199.204	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	434.851	343.284	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130.602	-115.932	0
3.08.01	Corrente	-147.243	-113.502	0
3.08.02	Diferido	16.641	-2.430	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	304.249	227.352	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	304.249	227.352	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	304.249	227.352	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,41652	3,30027	0,00000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	304.249	227.352	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	304.249	227.352	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	304.249	227.352	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	694.372	563.252	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	469.703	338.615	0
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	175.359	136.596	0
6.01.01.02	Amortização de Ágio em Investimentos	6.101	8.133	0
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	1.879	1.053	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-16.641	2.430	0
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	55.148	12.764	0
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-4.454	-262	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	111.627	160.175	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	114.274	0	0
6.01.01.09	Despesa Financeira (valor presente)	7.780	9.294	0
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão p/ Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	3.061	4.492	0
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão p/ Manutenção	15.569	3.940	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-79.580	-2.715	0
6.01.02.01	Contas a Receber	-20.287	-25.692	0
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-2	0	0
6.01.02.03	Estoques	-540	1.111	0
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.408	-6.105	0
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-8.686	-1.657	0
6.01.02.06	Adiantamentos p/ Novos Projetos	256	-9	0
6.01.02.07	Outros Créditos	-1.820	1.980	0
6.01.02.08	Cauções Contratuais	1	-98	0
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-3.630	-5.888	0
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	21	74	0
6.01.02.11	Fornecedores	-14.408	38.662	0
6.01.02.12	Fornecedores - Partes Relacionadas	-79	-83	0
6.01.02.13	Cauções Contratuais	3.986	-1.554	0
6.01.02.14	Obrigações Sociais	7.452	12.590	0
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	1.665	-6.418	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
6.01.02.16	Receita Diferida	49	23	0
6.01.02.17	Outras Contas a Pagar	34.920	-9.272	0
6.01.02.18	Credores pela Concessão	304	240	0
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-211	-619	0
6.01.02.20	Outros Passivos	-79.979	0	0
6.01.03	Outros	304.249	227.352	0
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	304.249	227.352	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-686.450	-750.787	0
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-9.203	-12.645	0
6.02.02	Adições ao Intangível	-589.078	-738.142	0
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-182.686	0	0
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	94.517	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	718.174	513.443	0
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos (captações, pagamento principal e juros)	-877.708	591.877	0
6.03.02	Debêntures (captação, pagamento principal e juros)	1.693.232	0	0
6.03.03	Pagamento de Credores pela Concessão	-55.517	-53.427	0
6.03.04	Pagamento de Dividendos	-41.833	-25.007	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	726.096	325.908	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	442.192	116.284	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.168.288	442.192	0

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	302.099	0	0	851.182	0	851.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	302.099	0	0	851.182	0	851.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-68.650	0	-68.650	0	-68.650
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-68.650	0	-68.650	0	-68.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	304.249	0	304.249	0	304.249
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	304.249	0	304.249	0	304.249
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	235.599	-235.599	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	14.453	-14.453	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Lucro	0	0	221.146	-221.146	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	116.613	0	0	665.696	0	665.696
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	227.352	0	227.352	0	227.352
5.02.01	Efeitos da Aplicação de Novas Práticas Contábeis	0	0	0	51.074	0	51.074	0	51.074
5.02.02	Lucro Líquido do Exercício Originalmente Apresentado	0	0	0	176.278	0	176.278	0	176.278
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	116.613	227.352	0	893.048	0	893.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-41.866	0	-41.866	0	-41.866
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-41.866	0	-41.866	0	-41.866
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	185.486	-185.486	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.814	-8.814	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Lucro	0	0	176.672	-176.672	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	549.083	0	302.099	0	0	851.182	0	851.182

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	264.810	0	0	813.893	0	813.893
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-148.197	0	0	-148.197	0	-148.197
5.02.01	Efeitos da Aplicação de Novas Práticas Contábeis	0	0	-148.197	0	0	-148.197	0	-148.197
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	116.613	0	0	665.696	0	665.696
5.07	Saldos Finais	549.083	0	116.613	0	0	665.696	0	665.696

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
7.01	Receitas	2.342.622	1.971.969	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.631.185	1.292.113	0
7.01.02	Outras Receitas	711.437	679.856	0
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	617.827	613.090	0
7.01.02.02	Outras	93.610	66.766	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.166.460	-1.001.827	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-375.718	-280.354	0
7.02.04	Outros	-790.742	-721.473	0
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-617.827	-613.090	0
7.02.04.02	Custo da Concessão	-145.848	-97.443	0
7.02.04.03	Outros	-27.067	-10.940	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.176.162	970.142	0
7.04	Retenções	-181.460	-144.729	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-181.460	-144.729	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	994.702	825.413	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	116.251	53.138	0
7.06.02	Receitas Financeiras	93.887	33.058	0
7.06.03	Outros	22.364	20.080	0
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	1.779	1.178	0
7.06.03.02	Receita de Aluguel	410	399	0
7.06.03.03	Outros	20.175	18.503	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.110.953	878.551	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.110.953	878.551	0
7.08.01	Pessoal	195.000	167.968	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	151.130	129.735	0
7.08.01.02	Benefícios	33.229	29.429	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.641	8.804	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	323.288	262.671	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	280.976	189.774	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009</b>
7.08.03.01	Juros	256.073	159.181	0
7.08.03.02	Aluguéis	10.379	8.334	0
7.08.03.03	Outras	14.524	22.259	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	304.249	227.352	0
7.08.04.02	Dividendos	68.650	41.866	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	235.599	185.486	0
7.08.05	Outros	7.440	30.786	0
7.08.05.01	Juros	0	25.598	0
7.08.05.02	Juros Capitalizados	7.440	5.188	0

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL Brasil” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A partir de 2010, a Companhia passa a apresentar as Demonstrações Financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

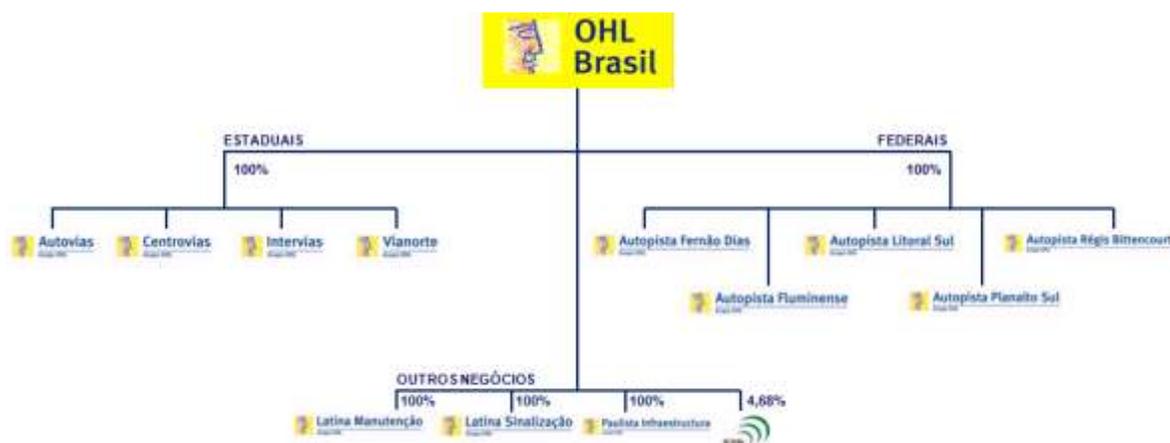
### Perfil

O grupo OHL Brasil desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal.

A OHL Brasil através de suas concessionárias opera e administra 3.226 quilômetros de estradas, que interligam o principal pólo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica.

Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela OHL Brasil – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), e Paulista Infraestrutura Ltda. (Paulista Infraestrutura), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.



## Relatório da Administração

A estratégia de crescimento do grupo tem como objetivo a participação em processos de licitação de novas concessões de infraestrutura de transportes e processos de PPP (Parcerias Público-Privadas), assim como a possibilidade de aquisição de outras concessionárias já existentes. Nossos objetivos concentram-se nos modais de transporte aeroportuário, rodoviário, portuário e ferroviário.

### Setor de Concessões Rodoviárias

O crescimento da economia brasileira passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da infraestrutura do modal rodoviário, uma vez que, segundo dados NTC&Logística, 60% da produção nacional de bens é transportada pelo mesmo.

Nesse sentido, os governos federal, estadual e municipal, buscaram incluir a iniciativa privada no esforço de expansão, recuperação e modernização das malhas rodoviárias do país. A concessão pública comum foi a que mais se destacou entre as formas que o poder público encontrou para o desenvolvimento sustentável das infraestruturas.

Para assegurar os investimentos previstos nos contratos de concessão, firmados com o poder concedente, as concessionárias contam com recursos provenientes da cobrança de pedágios e financiamentos de longo prazo (*project finance*).

Atualmente no Brasil existem 52 concessões rodoviárias entre estaduais, federais, municipais e PPP's, com aproximadamente 15 mil quilômetros administrados pela iniciativa privada. Segundo o Relatório Anual da ABCR para o ano de 2009, 1 bilhão de veículos foram pedagiados, sendo 730 milhões de veículos leves e 272 milhões de veículos pesados. Estas concessionárias faturaram R\$8,2 bilhões com a cobrança de pedágios, gastaram R\$3 bilhões com despesas operacionais, R\$3,3 bilhões foram pagos ao poder concedente e R\$3 bilhões foram investidos na ampliação, recuperação, manutenção e modernização das rodovias.

A última licitação de concessão rodoviária ocorreu em novembro de 2010, através da concessão por 35 anos dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, com outorga fixa de R\$370 milhões e extensão de 104,9 km.

A Companhia acredita que, no caso brasileiro, para acompanhar o crescimento econômico, há necessidade de melhoria das vias de transporte. O advento da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, deverá acelerar os processos de licitação no país e, conseqüentemente, gerar novas oportunidades de projetos de infraestrutura para o setor.

### Conjuntura Econômica

A OHL Brasil é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores

## Relatório da Administração

favoráveis como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia. Nos dois últimos anos, ambos os índices evoluíram de forma semelhante quando acumulados: IGP-M de 9,41% e IPCA de 10,45%.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação justificaram a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011. A inflação medida pelo IPCA deverá se situar entre 4,5% e 4,8%.

### **Destques 2010**

#### *Emissão de debêntures nas concessionárias estaduais*

O Grupo OHL Brasil decidiu, em 2010, alongar o perfil de seu endividamento consolidado, tornando-o mais adequado ao perfil de longo prazo dos projetos de concessão, além de migrar o endividamento com bancos comerciais para o mercado de investidores institucionais de renda fixa. Em abril de 2010 a OHL Brasil concluiu a primeira emissão pública de debêntures nas concessionárias estaduais, quando foram emitidos R\$1,4 bilhão em duas tranches de 5 e 7 anos, com custo médio de CDI + 1,6%a.a. e IPCA + 8%a.a., respectivamente.

Ainda dentro deste mesmo objetivo, em novembro de 2010, duas das quatro concessionárias estaduais (Autovias e Intervias) emitiram mais R\$400 milhões em debêntures, com prazo de 5 anos e taxa de juros CDI + 1,7%a.a..

#### *Incorporação da SPR pela Vianorte*

Em 17 de dezembro de 2010 a SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S/A ("SPR") foi incorporada integralmente pela Vianorte S.A., passando a OHL Brasil S.A a exercer o controle

## Relatório da Administração

direto da Vianorte S.A.. A incorporação integrou o projeto de reorganização societária do Grupo OHL Brasil, o qual visou o aumento de eficiência econômica e ganho de sinergia, a diminuição de custos operacionais e financeiros e a simplificação da estrutura societária.

### *Aprovação das condições do financiamento de longo prazo na concessionária Régis Bittencourt*

Em 14 de outubro de 2010, o BNDES aprovou a colaboração financeira de longo prazo para a concessionária Régis Bittencourt no valor de R\$1,1 bilhão para execução de investimentos em recuperação e melhorias na infraestrutura da rodovia. Essa aprovação está inserida no plano de financiamento geral das concessionárias federais, onde BNDES tem o compromisso de financiar até 70% dos investimentos principais.

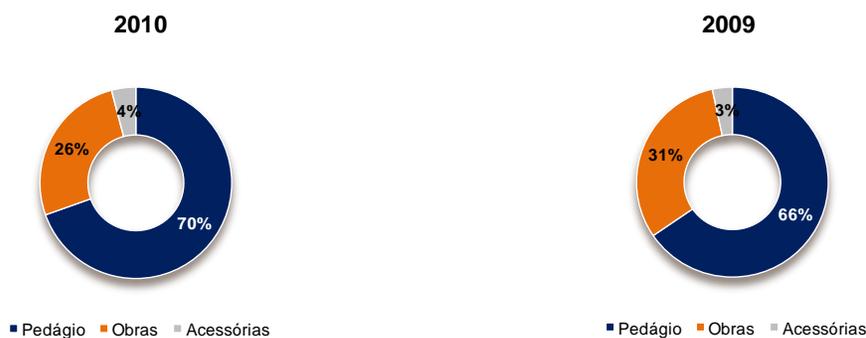
A Companhia espera que no 1º semestre de 2011 sejam firmados os contratos de longo prazo para as outras 4 concessões federais.

## Desempenho Econômico-Financeiro

### Receita Bruta de Serviços

No exercício de 2010, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$ 2,3 bilhões, apresentando crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente, nos montantes de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 617,8 milhões e R\$ 93,6 milhões.

#### Composição da Receita Bruta



### *Receita de Pedágio*

As concessionárias estaduais foram responsáveis por 59,6% da arrecadação de pedágios, encerrando o exercício com R\$ 971,6 milhões (+15,6%), enquanto as concessionárias federais, que, em 2009 estavam em processo de abertura de praças, avançaram 46,1%, terminaram o ano com R\$ 659,6 milhões, crescendo sua participação na arrecadação de 34,9% em 2009 para 40,4% em 2010. A receita de pedágio consolidada cresceu 26,2% no exercício de 2010 em comparação a

## Relatório da Administração

2009, como resultado de 2 principais fatores: (i) evolução do tráfego pedagiado (+33,6%) em contrapartida a (ii) redução da tarifa média praticada (-5,5%).

Tráfego Pedagiado: No exercício, o tráfego pedagiado totalizou 596.484 mil veículos equivalentes, 33,6% superior quando comparado ao ano de 2009.

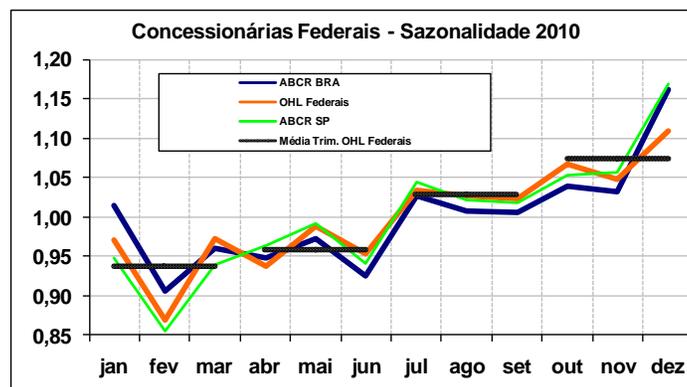
Veículos Equivalentes	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	41.849.580	37.653.446	11,1%
Centrovias	29.265.444	22.523.774	29,9%
Intervias	56.858.906	51.628.066	10,1%
Vianorte	31.466.466	28.545.634	10,2%
<b>Total Estaduais</b>	<b>159.440.396</b>	<b>140.350.920</b>	<b>13,6%</b>
Planalto Sul	26.696.770	22.477.509	18,8%
Fluminense	43.491.756	27.081.364	60,6%
Fernão Dias	121.656.967	86.526.227	40,6%
Régis Bittencourt	136.158.667	102.048.021	33,4%
Litoral Sul	109.039.366	67.969.091	60,4%
<b>Total Federais</b>	<b>437.043.526</b>	<b>306.102.213</b>	<b>42,8%</b>
<b>Total</b>	<b>596.483.922</b>	<b>446.453.133</b>	<b>33,6%</b>

O crescimento de 33,6% no tráfego pedagiado total deve-se (i) ao forte crescimento econômico, acompanhado pela retomada da produção industrial, que contribuiu para a elevação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia; (ii) ao início de cobrança de praças de pedágio nas concessionárias federais em 2009 e (iii) a cobrança de pedágio nos dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

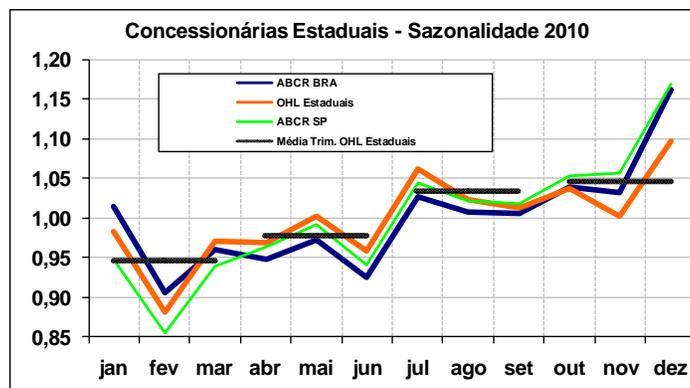
O forte crescimento econômico em 2010, acompanhado da retomada da produção industrial, pode ser confirmado através do crescimento do tráfego pedagiado nas concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte.

O crescimento de 42,8% no tráfego pedagiado das concessionárias federais derivado do processo de abertura de 23 praças de pedágio ao longo de 2009 e 1 praça de pedágio em 2010. (ii) Em setembro de 2010, entrou em operação a última praça de pedágio da concessionária Autopista Fernão Dias, localizada no município de Mairiporã-SP.

A seguir gráficos ilustrativos da sazonalidade do tráfego nas concessionárias federais e estaduais em 2010.



## Relatório da Administração



No segundo semestre de 2010, 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias passaram a realizar a cobrança de pedágio nos dois sentidos e tiveram suas tarifas reduzidas para a metade. Como consequência o tráfego pedagiado cresceu 29,9% e a tarifa média caiu 9,2% no ano.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2010 foi de 61,9% de veículos pesados e 38,1% veículos leves nas concessões estaduais; e 74,6% de veículos pesados e 25,4% veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (em R\$ / Veic. Equiv.)	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	5,83	5,61	3,9%
Centrovias	8,15	8,98	-9,2%
Intervias	4,79	4,62	3,7%
Vianorte	6,88	6,60	4,2%
<b>Estaduais</b>	<b>6,09</b>	<b>5,99</b>	<b>1,7%</b>
Planalto Sul	2,91	2,71	7,4%
Fluminense	2,59	2,50	3,7%
Fernão Dias	1,11	1,10	0,8%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	0,0%
Litoral Sul	1,19	1,10	8,6%
<b>Federais</b>	<b>1,51</b>	<b>1,48</b>	<b>2,3%</b>
<b>Total</b>	<b>2,73</b>	<b>2,89</b>	<b>-5,5%</b>

De acordo com o previsto nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas uma vez ao ano seguindo os critérios dos contratos e de acordo com a variação acumulada do IGP-M, no caso das concessionárias estaduais e IPCA, no caso das concessionárias federais.

## Relatório da Administração

Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual com base no IGP-M. Na concessionária Centrovias, apesar do reajuste contratual, a tarifa média apresentou redução de 9,2% em função da mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada.

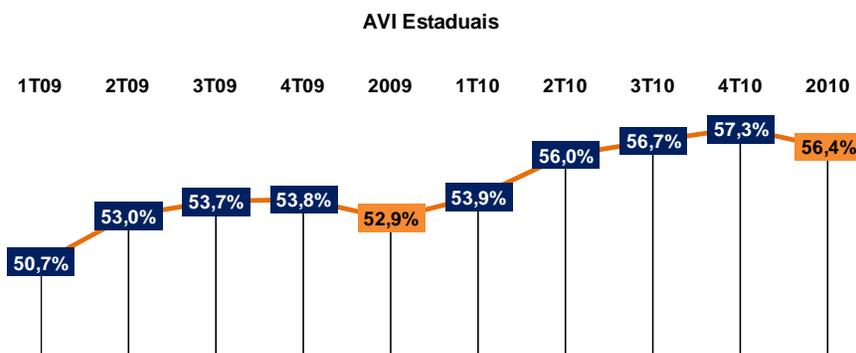
Em 1º de julho de 2010, as tarifas de pedágio das concessionárias estaduais foram reajustadas em 4,18% e, em 1º de julho de 2009, em 3,64% de acordo com a variação acumulada do IGP-M entre junho do ano anterior ao reajuste e maio do ano do reajuste.

Já as concessionárias federais reajustam suas tarifas básicas de pedágio uma vez ao ano pela variação acumulada do IPCA, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal. Os reajustes previstos para as concessionárias Fluminense e Litoral Sul ocorrem sempre no mês de fevereiro, enquanto nas concessionárias Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul o mesmo acontece em dezembro.

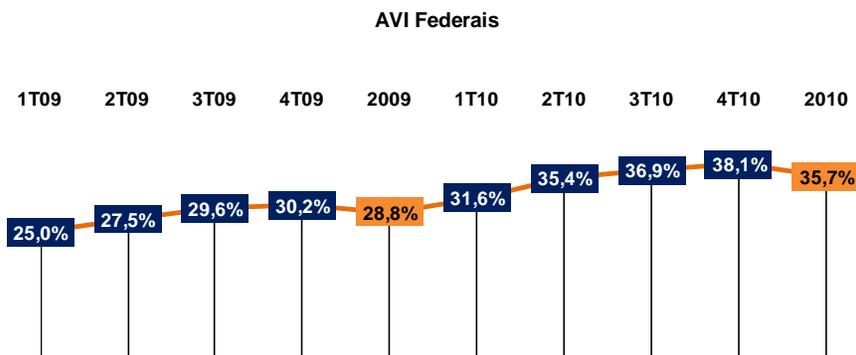
Em dezembro de 2009, o reajuste praticado pela concessionária Planalto Sul elevou a tarifa para R\$2,90, considerando (i) o critério de arredondamento da primeira casa decimal; e (ii) a variação do IPCA entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 (+4,22%). Em fevereiro de 2010, as tarifas praticadas pelas concessionárias Fluminense e Litoral Sul também sofreram reajustes, passando para R\$2,60 e R\$1,20, respectivamente. As tarifas praticadas pelas concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt não sofreram alterações nos exercícios em comparação face ao critério de arredondamento dos contratos.

Em 2010, a tarifa média geral registrou queda de 5,5% em função da maior participação das concessões federais, que operam com tarifas menores, na composição total das receitas de pedágio.

**Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 56,4% em 2010, contra 52,9% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 35,7% contra 28,8% em 2009. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde primeiro trimestre de 2009:



## Relatório da Administração



### Receita de Obras

As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Em 2010, a receita de obras cresceu 0,8% em relação ao ano passado, sendo que 89,8% dessas obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

### Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL cresceram 40,2% em 2010.

As concessionárias obtiveram R\$10,4 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio das concessionárias de rodovias, com um crescimento de 7,9% frente a 2009. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram R\$83,2 milhões, sendo 45,7% maior que 2009.

### Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 2,2 bilhões, apresentando crescimento de 18,1% em comparação ao ano de 2009.

As deduções da receita, composta principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS, acompanharam a evolução da receita de pedágios e encerraram o ano com R\$ 158,1 milhões,

## Relatório da Administração

crescendo 29,7% em relação a 2009. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) cresceram 12,9% ou R\$ 154,1 milhões como consequência principal do início de operação e abertura de praças de pedágio nas concessionárias federais. É importante mencionar que ao longo de 2009 entraram em operação 23 praças de pedágio nas concessionárias federais e, conseqüentemente, a estrutura de custos e despesas relacionadas com pessoal e operação destes pedágios aumentou.

Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, dois novos custos passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia: (i) o “Custo dos Serviços de Construção”, em contrapartida à “Receita de Obras”, já comentada na seção de Receita Bruta, e (ii) a “Provisão para Manutenção em Rodovias”, que reflete a provisão de investimentos para manutenção em rodovias que irão ocorrer em exercícios futuros.

Segue tabela demonstrando composição dos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização):

<b>Custos e Despesas Operacionais<sup>1</sup></b> <b>(R\$ Mil)</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Var%</b> <b>2010/2009</b>
Custo dos serviços de construção	(617.827)	(613.090)	0,8%
Serviços de terceiros	(173.541)	(155.050)	11,9%
Pessoal	(157.829)	(114.026)	38,4%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(146.085)	(75.737)	92,9%
Conservação de rotina	(79.153)	(78.606)	0,7%
Verba de fiscalização	(30.798)	(28.379)	8,5%
Ônus variável (concessões estaduais)	(30.355)	(26.292)	15,5%
Seguros e garantias	(12.703)	(13.007)	-2,3%
Remuneração da administração	(12.526)	(10.921)	14,7%
Consumo	(6.176)	(4.897)	26,1%
Despesas tributárias	(2.199)	(5.796)	-62,1%
Transportes	(1.448)	(1.311)	10,5%
Outras despesas operacionais, líq.	(79.680)	(69.070)	15,4%
<b>Total</b>	<b>(1.350.320)</b>	<b>(1.196.182)</b>	<b>12,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui depreciação e amortização.

Em relação ao aumento de R\$ 154,1 milhões nos custos e despesas operacionais destacam-se os seguintes pontos:

- Constituição da rubrica “Custo dos serviços de construção” que incorporou obras realizadas pelas concessionárias no exercício, sendo a maior parte pertencente às concessões federais;
- Aumento de R\$ 70,3 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Ressalta-se que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;

## Relatório da Administração

- Aumentos dos custos com “Pessoal” e “Serviços de terceiros”, nos respectivos montantes de R\$ 43,8 milhões e R\$ 18,5 milhões, que refletem, em grande parte, o crescimento do quadro de empregados e aumento da estrutura operacional das concessionárias federais resultante da abertura das praças de pedágio;
- Crescimento do custo relativo ao “Ônus variável” em 2010, acompanhando o aumento da receita de pedágios (+15,6%) das concessionárias estaduais;
- Redução de R\$ 3,6 milhões nas “Despesas Tributárias” em função, principalmente, do pagamento adicional de débitos relativos aos tributos PIS/COFINS da concessionária Vianorte em 2009.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 834,2 milhões em 2010, apresentando variação positiva de 27,6% quando comparado ao ano anterior. Como reflexo, a margem EBITDA cresceu 2,9 pontos percentuais, saindo de 35,3% no ano passado para 38,2% em 2010. Para o cálculo do referido indicador foi considerada a nova metodologia contábil (ICPC-01 / IFRIC 12), que tem como principal reflexo o reconhecimento do custo com “Provisão para manutenção em rodovias”.

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado relativo ao ano de 2010 totalizou R\$ 942,1 milhões, equivalente a uma margem de 43,1%, o que representou forte expansão sobre a margem de 36,6% registrada em 2009.

EBITDA			
	2010	2009	Var% 2010/2009
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.184.529</b>	<b>1.850.091</b>	<b>18,1%</b>
Custos e Despesas Operacionais	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%
<b>EBITDA</b>	<b>834.209</b>	<b>653.909</b>	<b>27,6%</b>
<i>Margem EBITDA (sobre receita líquida)</i>	<i>38,2%</i>	<i>35,3%</i>	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	146.085	75.737	92,9%
(+) Ajustes de Consolidação <sup>1</sup>	(38.214)	(52.676)	
<b>EBITDA Ajustado (antes do IFRS)</b>	<b>942.080</b>	<b>676.970</b>	<b>39,2%</b>
<i>Margem EBITDA (sobre receita líquida)</i>	<i>43,1%</i>	<i>36,6%</i>	

- 1) Ajustes de consolidação e reversão da retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).
- 2) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).
- 3) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01. O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

## Relatório da Administração

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida de Serviços	Custos e Despesas <sup>1</sup>	EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
Autovias	229.038	(86.499)	142.539	28.570	171.109	74,7%
Centrovias	250.223	(100.410)	149.813	23.293	173.106	69,2%
Intervias	269.001	(108.557)	160.444	31.143	191.587	71,2%
Vianorte	210.453	(97.787)	112.666	41.141	153.807	73,1%
<b>Estaduais</b>	<b>958.715</b>	<b>(393.253)</b>	<b>565.462</b>	<b>124.148</b>	<b>689.610</b>	<b>71,9%</b>
Planalto Sul	136.370	(111.166)	25.204	3.204	28.408	20,8%
Fluminense	156.612	(109.276)	47.336	3.413	50.749	32,4%
Fernão Dias	303.684	(276.921)	26.763	5.388	32.151	10,6%
Régis Bittencourt	340.915	(241.489)	99.426	5.206	104.632	30,7%
Litoral Sul	218.013	(171.657)	46.356	4.726	51.082	23,4%
<b>Federais</b>	<b>1.155.594</b>	<b>(910.509)</b>	<b>245.085</b>	<b>21.937</b>	<b>267.022</b>	<b>23,1%</b>
<b>Total Concessionárias</b>	<b>2.114.309</b>	<b>(1.303.762)</b>	<b>810.547</b>	<b>146.085</b>	<b>956.632</b>	<b>45,2%</b>
<i>OHL Holding e outras sociedades</i>	<i>70.220</i>	<i>(46.558)</i>	<i>23.662</i>	-	<i>23.662</i>	
<b>Total</b>	<b>2.184.529</b>	<b>(1.350.320)</b>	<b>834.209</b>	<b>146.085</b>	<b>980.294</b>	<b>44,9%</b>
<i>Ajustes de consolidação <sup>2</sup></i>					<i>(38.214)</i>	
<b>Total Consolidado</b>	<b>2.184.529</b>	<b>(1.350.320)</b>	<b>834.209</b>	<b>146.085</b>	<b>942.080</b>	<b>43,1%</b>

<sup>1</sup> Exclui depreciação e amortização.

<sup>2</sup> Reversão de lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

## Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>92.647</b>	<b>33.058</b>	<b>180,3%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(310.577)</b>	<b>(198.736)</b>	<b>56,3%</b>
Encargos financeiros	(236.154)	(160.131)	47,5%
Atualização monetária do ônus fixo	(55.149)	(12.764)	332,1%
Outras despesas	(19.274)	(25.841)	-25,4%
<b>Varição Cambial Líquida</b>	<b>32</b>	<b>(218)</b>	<b>-114,7%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(217.898)</b>	<b>(165.896)</b>	<b>31,3%</b>

Em 2010, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 217,9 milhões frente a um resultado negativo de R\$ 165,9 milhões registrado em 2009. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:

- Aumento de R\$76 milhões nos encargos financeiros gerado (i) pelas emissões de debêntures, realizadas pelas concessionárias estaduais; (ii) pelas liberações de créditos oriundos das linhas de financiamento do BNDES, destinadas aos investimentos previstos no contrato de concessão das federais; e (iii) pelo efeito da passagem do tempo (ajuste a valor presente);
- Acréscimo de R\$42,4 milhões na despesa com “Atualização monetária do ônus fixo” provocado pelo aumento do IGP-M em 2010, que apresentou variação positiva de 11,3% contra a variação negativa de 1,7% registrada em 2009; e

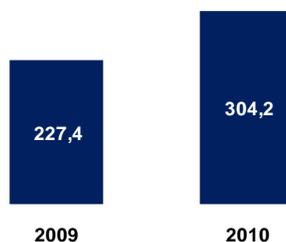
## Relatório da Administração

- Aumento de R\$59,6 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras devido ao aumento dos juros básico da economia e ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras.

### Lucro Líquido

Em 2010, o lucro líquido consolidado cresceu 33,8% em relação ao ano anterior. Conforme já mencionado, os principais fatores que ocasionaram o crescimento foram: (i) entrada em operação de 100% das praças de pedágio administradas pelas concessionárias federais; (ii) reajustes tarifários contratuais; e (iii) início de cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias. Além disso, a melhor performance da economia impactou positivamente o tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



### Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,5 bilhão, apresentando crescimento de R\$ 176,6 milhões ou 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento (Em milhares de reais)	31-dez-10	31-dez-09	Var%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.788.542</b>	<b>1.793.933</b>	<b>55,4%</b>
Curto Prazo	1.234.363	946.883	30,4%
Longo Prazo	1.554.179	847.050	83,5%
Caixa e equivalentes de caixa	1.168.288	442.192	
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	97.176	5.298	
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.523.078</b>	<b>1.346.443</b>	<b>13,1%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazos

Este aumento de R\$ 176,6 milhões deveu-se, sobretudo, aos seguintes movimentos realizados em 2010:

- Aumento de R\$ 1,8 bilhão em virtude da primeira emissão de debêntures (no valor total de R\$ 1,4 bilhão) das quatro concessionárias estaduais, realizada em abril, e da segunda emissão de debêntures (no valor total de R\$ 400 milhões), realizada em novembro, das concessionárias estaduais Autovias e Intervias;

## Relatório da Administração

- Aumento de R\$ 124,1 milhões em razão dos desembolsos relativos ao empréstimo ponte concedido pelo BNDES para os investimentos previstos no contrato das concessionárias federais;
- Redução de R\$ 198 milhões referente à quitação de principal e juros de contratos de crédito bancário firmados pelas concessionárias Autovias e Intervias;
- Redução de R\$ 753,3 milhões devido à quitação de notas promissórias e empréstimos com o BNDES por parte das concessionárias estaduais;
- Redução de R\$ 818,0 milhões referente ao aumento das disponibilidades e aplicações no período; e
- Aumento de R\$ 48,8 milhões em função de juros apropriados e outras movimentações de juros e principal.

Debêntures: Em abril de 2010, as controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte realizaram emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais, no montante total de R\$ 1,4 bilhão. Os recursos captados foram destinados ao resgate antecipado de dívidas (notas promissórias), investimentos previstos no contrato de concessão, reforço do capital de giro e distribuição de proventos. As operações caracterizaram-se pela:

- Autovias: emissão de 405 mil debêntures em duas séries: a primeira, com volume de R\$ 285 milhões, remuneração de CDI + 1,6% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; e a segunda, com volume de R\$ 120 milhões, remuneração de IPCA + 8% ao ano e prazo de vencimento de sete anos.
- Centrovias: emissão de 406 mil debêntures em duas séries: a primeira, com volume de R\$ 286 milhões, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; e a segunda, com volume de R\$ 120 milhões, remuneração de IPCA + 8% ao ano e prazo de vencimento de sete anos.
- Intervias: emissão de 308 mil debêntures em série única, no volume de R\$ 308 milhões, remuneração de CDI + 1,5% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos.
- Vianorte: emissão de 257 mil debêntures em duas séries: a primeira, com volume de R\$ 157 milhões, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; e a segunda, com volume de R\$ 100 milhões, remuneração de IPCA + 8% ao ano e prazo de vencimento de sete anos.

Também em 2010, no mês de novembro, foram aprovadas novas emissões das concessionárias Autovias e Intervias, no âmbito da Instrução CVM 476, com esforços restritos de distribuição. Na ocasião, foram emitidas 4.000 (3.000 na Intervias e 1.000 na Autovias) debêntures simples não conversíveis em ações, com garantias reais, com valor nominal unitário de R\$ 100 mil, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de cinco anos. Juntas as operações totalizaram o montante de R\$ 400 milhões.

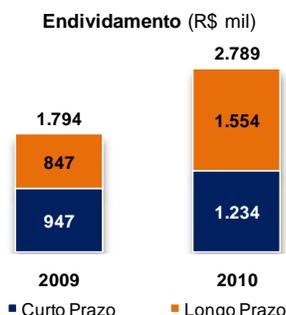
Empréstimos BNDES: Desde a vitória no leilão de rodovias federais em 2007, a Companhia conta com recursos na modalidade de empréstimos ponte e de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das cinco concessionárias federais.

## Relatório da Administração

Em meados de 2009, a Companhia assinou 5 contratos de empréstimos ponte, no montante total de R\$ 1 bilhão, de forma a permitir a continuidade dos investimentos até a assinatura dos contratos de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2010, foram desembolsados R\$ 907,5 milhões deste total.

Adicionalmente, em outubro de 2010, o BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira de longo prazo à Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$ 1,1 bilhão. O referido financiamento foi dividido em duas categorias de crédito: Crédito A, no valor de R\$ 446,4 milhões, com prazo de amortização de 144 meses, carência de 12 meses e custo de TJLP + 2,21% ao ano; e Crédito B, no valor de R\$ 623,1 milhões, com prazo de amortização de 126 meses, carência até 15 de junho de 2014 e custo de TJLP + 2,21% ao ano.

Os financiamentos de longo prazo entre o BNDES e as concessionárias Autopista Planalto Sul S.A, Autopista Fernão Dias S.A., Autopista Litoral Sul S.A. e Autopista Fluminense S.A encontram-se em fase de análise pelo BNDES.



Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) da Companhia totalizava R\$ 2,8 bilhões, sendo que deste montante 34,3% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 52,3% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 13,4% a contratos atrelados ao IPCA.

<b>Endividamento Bruto (Em milhares de reais)</b>	<b>31-dez-10</b>	<b>31-dez-09</b>	<b>Var%</b>
<b>Indexador</b>			
TJLP	961.874	890.361	8,0%
CDI	1.463.260	903.572	61,9%
IPCA	376.023	-	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>	<i>(12.615)</i>	-	-
<b>Total</b>	<b>2.788.542</b>	<b>1.793.933</b>	<b>55,4%</b>

A dívida líquida no final de 2010 era de R\$ 1,5 bilhão, representando 1,7 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos 12 últimos meses.

## Relatório da Administração



Em 31 de dezembro de 2010, 97,3% do endividamento de longo prazo era composto por debêntures. A seguir cronograma de amortização das debêntures da Companhia:

Ano	R\$ Mil
2011	296.085
2012	334.375
2013	335.085
2014	335.794
2015	273.968
2016	116.031
2017	116.168
<b>Total</b>	<b>1.807.506</b>

### Ônus Fixo Pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2010, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 55,5 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
<b>Total</b>	<b>(55.517)</b>	<b>(53.427)</b>	<b>3,9%</b>
Autovias	(5.846)	(5.625)	3,9%
Centrovias	(8.746)	(8.417)	3,9%
Intervias	(5.443)	(5.238)	3,9%
Vianorte	(35.482)	(34.147)	3,9%

Em 31 de dezembro de 2010, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

## Relatório da Administração

Posição em 31/12/2010

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.151	42.246	48.397	92
Centrovias	9.203	60.835	70.038	89
Intervias	5.727	47.696	53.423	109
Vianorte	37.336	237.191	274.527	86
<b>Total</b>	<b>58.417</b>	<b>387.968</b>	<b>446.385</b>	

### Investimentos

As empresas do grupo OHL Brasil investiram cerca de R\$ 598,3 milhões em ativos imobilizados e intangíveis no ano de 2010, sendo que parcela significativa desse montante (88,8%) foi destinada aos projetos das concessionárias federais. Ainda em fase inicial das etapas previstas no contrato de concessão, os principais investimentos englobaram:

- Duplicação da Serra do Cafezal (Rod. Régis Bittencourt)
- Implantação de novas praças de pedágio (Rod. Fernão Dias)
- Pavimentação e recuperação de estruturas de contenção
- Reforço e alargamento de pontes
- Melhorias no sistema de drenagem e iluminação
- Implantação de passarelas

Nas concessionárias estaduais os investimentos (R\$57,1 milhões), foram direcionados, principalmente, aos projetos de duplicação do sentido de cobrança das praças de pedágio localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Rio Claro e Itirapina (Concessionária Centrovias).

Além disso, foram pagos R\$ 127,2 milhões em manutenção das rodovias estaduais que, por sua vez, já atingiram estágio mais avançado de maturação dos investimentos. Os recursos foram destinados à conserva especial das rodovias, implantação de barreiras de concreto e recuperação de defensas metálicas.

Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como "Provisão para Manutenção em Rodovias" dentro do "Custo dos Serviços Prestados". Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no "Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais" e não mais no "Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos".

A seguir quadro com o pagamento dos investimentos imobilizados, intangíveis e manutenção em rodovias.

## Relatório da Administração

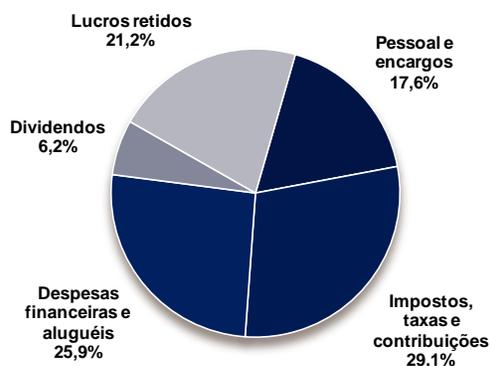
Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2010			2009		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	28.552	3.565	24.987	37.558	14.707	22.851
Centrovias	51.037	30.518	20.519	30.050	10.120	19.930
Intervias	60.408	10.818	49.590	40.960	19.000	21.960
Vianorte	44.270	12.174	32.096	28.976	15.720	13.256
<b>Estaduais</b>	<b>184.267</b>	<b>57.075</b>	<b>127.192</b>	<b>137.544</b>	<b>59.547</b>	<b>77.997</b>
Planalto Sul	60.746	60.746	-	65.412	65.412	-
Fluminense	51.735	51.735	-	98.521	98.521	-
Fernão Dias	176.811	176.811	-	182.415	182.415	-
Régis Bittencourt	147.633	147.633	-	199.619	199.619	-
Litoral Sul	94.250	94.250	-	139.440	139.440	-
<b>Federais</b>	<b>531.175</b>	<b>531.175</b>	<b>-</b>	<b>685.407</b>	<b>685.407</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>715.442</b>	<b>588.250</b>	<b>127.192</b>	<b>822.951</b>	<b>744.954</b>	<b>77.997</b>
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	10.031	10.031	-	5.833	5.833	-
<b>Total</b>	<b>725.473</b>	<b>598.281</b>	<b>127.192</b>	<b>828.784</b>	<b>750.787</b>	<b>77.997</b>

Para cumprir com as obrigações de manutenção das rodovias e novos investimentos em intangíveis previstos nos contratos de concessões, estimamos investir em 2011 R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais. Entre 2012 e 2015 estimamos investir R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

### Valor Adicionado

A OHL Brasil gerou em 2010, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,1 bilhão, 26,5% superior ao de 2009. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 2,3 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 1,4 bilhão), mais dividendos e outras receitas (R\$ 116,3 milhões).

Distribuição do Valor Adicionado (R\$1,1 bilhão)



## Relatório da Administração

### Mercado de Capitais e Governança Corporativa

O valor de mercado da OHL Brasil, ao final do ano, totalizou R\$ 4,1 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 59,99 por ação em 30/12/2010. Esse preço corresponde a uma valorização de 76,44% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 1,06%. Negociadas sob o código OHLB3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 1,1 bilhão no ano.



Média Diária <sup>1</sup>	2010	2009	Var. %
Nº de Negócios	183	145	26,2%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	4,58	2,43	88,5%

<sup>1</sup> Lote Padrão

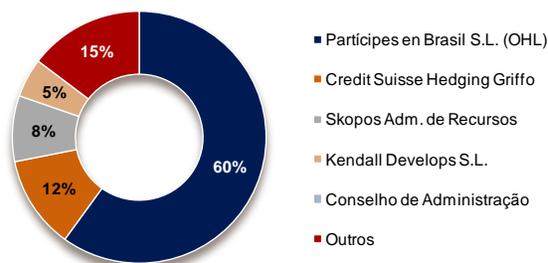
As ações fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*.

Desde 2005, a Companhia negocia suas ações no Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa. A adesão ao segmento em questão assegura aos acionistas, dentre outros direitos, (i) a extensão das condições de venda das ações obtidas pelo controlador em caso de eventual alienação de controle – *tag along* de 100%; (ii) a realização de oferta pública de aquisição das ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nos casos de fechamento de capital ou cancelamento de registro no Novo Mercado; (iii) a eleição de membros independentes para o conselho de administração, sem vinculação ao controlador e com autonomia para agir nos melhores interesses da Companhia; e (iv) a manutenção em circulação de parcela mínima de ações, representando 25% do capital social da OHL Brasil.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 549,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.

## Relatório da Administração

**Estrutura Acionária**  
Posição em 31/12/2010



A OHL Brasil conta com a Área de Relações com Investidores para manter o mercado informado acerca do desempenho dos negócios, bem como esclarecer dúvidas. Em 2010, foram realizadas 180 reuniões individuais, 4 teleconferências, 3 *road shows* nacionais e foram atendidas 10 conferências de bancos e corretoras. A cobertura da Companhia foi realizada por 22 analistas de renda fixa e variável.

### Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Caso os órgãos de administração informem à assembléia geral ordinária que a distribuição de dividendos não é recomendável face aos investimentos necessários para o ano, os acionistas poderão decidir pela sua distribuição ou não.

Em 30 de abril de 2010, a Assembléia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante total de R\$ 41,9 milhões (R\$ 0,60773 por ação).

### Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

### Colaboradores

O ano de 2010 foi marcado por um período de maturação das operações e da estrutura organizacional, viabilizando a melhoria da qualidade das relações entre os profissionais da Companhia, diretos e indiretos.

Como resultado do incremento da operação e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados no ano de 2010, o quadro de funcionários cresceu 21,8% em relação ao ano anterior. Entre os principais indicadores desse aumento, cabe ressaltar (i) a incorporação da atividade de

## Relatório da Administração

arrecadação da Autopista Fernão Dias, que desde o início de sua operação era realizada por empresa terceirizada; e (ii) o desdobramento da cobrança (nos dois sentidos) em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Var. %</b>
<i>OHL (Holding)</i>	103	83	24,1%
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.302	1.228	6,0%
Autovias	193	194	-0,5%
Centrovias	328	252	30,2%
Intervias	542	543	-0,2%
Vianorte	239	239	0,0%
<i>Concessionárias Federais</i>	2.031	1.575	29,0%
Litoral Sul	302	258	17,1%
Planalto Sul	152	152	0,0%
Fluminense	234	219	6,8%
Fernão Dias	809	439	84,3%
Régis Bittencourt	534	507	5,3%
Paulista	203	203	0,0%
Latina Manutenção	1.491	1.095	36,2%
Latina Sinalização	176	171	2,9%
<b>Total</b>	<b>5.306</b>	<b>4.355</b>	<b>21,8%</b>
<i>Rotatividade</i>	<i>2,49</i>	<i>2,91</i>	

Ao longo de 2010, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos *in company* e com o apoio de instituições especializadas. No total, tais atividades envolveram 334,7 mil horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 63,1 horas de treinamento por profissional.

Há três anos foi implantado o Comitê de Segurança no Trabalho e Comportamento na Rodovia, representado por técnicos e engenheiros de segurança das empresas. O objetivo é disseminar e compartilhar experiências entre as empresas com intuito de minimizar cada vez mais os riscos de acidentes envolvidos na operação. Em 2010, foi formalizada a criação de área específica para a implantação de políticas e monitoramento de indicadores relacionados à saúde e segurança no trabalho.

### Responsabilidade Social e Ambiental

As concessionárias da OHL Brasil desenvolvem programas de responsabilidade social, educação, saúde e meio ambiente que espelham o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e alicerçam o relacionamento ético e responsável com a comunidade dos municípios lindeiros.

Entre as iniciativas de responsabilidade social e ambiental realizadas pelas concessionárias do grupo OHL Brasil, destacaram-se:

## Relatório da Administração

### *Programas de Educação*

A segurança nas rodovias depende em grande parte do comportamento dos motoristas e dos pedestres e, por essa razão, a Companhia investe em projetos de educação no trânsito como o *Projeto Escola OHL Brasil*, que capacita e acompanha professores da rede pública para trabalhar questões relacionadas ao tema em sala. Realizado em parceria com instituições e órgãos públicos, em 2010, o projeto foi incluído no catálogo de boas práticas corporativas de respeito e apoio aos direitos da infância, publicação do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e da ONG *Save the Children*.

Também foram desenvolvidos os projetos *Viva Motorista* e *Passarela Viva* com o objetivo de ampliar os programas educativos sobre segurança no trânsito com abordagem de temas relacionados ao uso correto de passarelas e calçadas construídas na faixa de domínio das rodovias, condições mecânicas dos veículos, entre outros. Em 2010, esses projetos alcançaram mais de 4 mil motoristas e 1,5 mil pedestres.

### *Programas de Saúde*

As concessionárias da OHL Brasil promovem campanhas mensais de saúde dirigidas aos motoristas, principalmente os caminhoneiros, público-alvo do programa *Viva Saúde*. Em cada campanha, os condutores recebem orientação e realizam exames de saúde gratuitos. Até o final de 2010 foram realizadas 104 campanhas e atendidos 82,5 mil motoristas.

### *Programas Ambientais*

A sinalização, a instalação de radares de velocidade, construção de passagens de fauna e o telamento de nascentes e matas, são ações do *Programa de Monitoramento da Fauna* para prevenção de acidentes com animais silvestres e garantia da segurança dos usuários nas rodovias.

O grupo OHL mantém parceria com instituição educacional com objetivo de capacitar instrutores de tráfego e operadores do Centro de Controle Operacional para Monitoramento da Fauna Silvestre. O treinamento é ministrado por biólogos capazes de identificar a necessidade de passagens para os animais ao longo das rodovias.

A Companhia também intensificou o *Programa Viva Meio Ambiente*, iniciado em 2009, a fim de disseminar a educação ambiental nas regiões em que estão presentes as concessionárias federais e estaduais. Ao todo, foram envolvidos mais de 1,6 mil professores e 28 mil alunos. Por meio da escola, conceitos de preservação de recursos ambientais são levados a toda a comunidade.

### *Apoio à Cultura e Incentivo aos Esportes*

A Companhia apóia vários projetos culturais com incentivos da Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Em 2010, foram destinados cerca de R\$ 2,2 milhões para diversos projetos culturais. Entre os principais, destacam-se: 29ª Bienal de São Paulo; livro "Caminhos do Patrimônio Cultural – 3 Roteiros em São Paulo"; Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto (SP); Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto; e Revista Porta-Luvas.

## Relatório da Administração

Ademais, a OHL Brasil patrocina projetos de inclusão social pelos esportes. Ao todo, foram investidos R\$ 431 mil para a manutenção dos *Programas Esporte para Todos, Kimono de Ouro e Basquete Cidadão – Rio Claro*.

### Agradecimentos

A OHL Brasil gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de empregados pelo empenho e dedicação.

### Considerações Finais

#### Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

#### Declaração da Diretoria

A Diretoria da OHL Brasil S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 24 de março de 2011.

#### Diretoria

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho  
Diretor Presidente

Felipe Ezquerra Plasencia  
Diretor Vice Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa  
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

## **Relatório da Administração**

Maria de Castro Michielin  
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo  
Diretor

### **Conselho de Administração**

Sérgio Silva de Freitas  
Presidente do Conselho

Enrique Weickert Molina  
Conselheiro

Adalberto de Moraes Schettert  
Conselheiro

Felipe Ezquerro Plasencia  
Conselheiro

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho  
Conselheiro

José Maria Del Cuvillo Pemán  
Conselheiro

Juan Luis Osuna Gomes  
Conselheiro

Tomás Garcia Madrid  
Conselheiro

## Notas Explicativas

### OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada à rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 abrangem a Sociedade e suas controladas, (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços;
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil;
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral;
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, por meio de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões;
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

#### 2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, de concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado abaixo:

##### Concessionárias estaduais

- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, iniciou as operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

## Notas Explicativas

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos:

### Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 2,8 e 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre os kms 48,35 e 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre os kms 322 e 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 337 e 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 358 e 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
  - Implantação de vias marginais entre os kms 30 e 35 do lado direito e entre os kms 33 e 35 do lado esquerdo.
- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias")

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis km 216,8 Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

## Notas Explicativas

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos:

### Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 183 + 850 e 235 + 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 - Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP. nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, de serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos:

### Obras

#### Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

#### Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

## Notas Explicativas

### Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

### Na SP 165/330 - Rodovia Anhangüera - Contorno Rodoviário de Araras

Adicionalmente e em decorrência do Termo Aditivo acima referido, a concessionária assumiu novos compromissos de obras que estão sendo realizadas e cujo cronograma resumido encontra-se no quadro consolidado de investimentos e manutenções apresentado abaixo.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP) nº 009/CIC/97/Lote 05 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhangüera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos:

### SP 322 Rodovia Atílio Balbo / Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 e o km 390+500 - Sertãozinho / Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 e o km 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos / retornos;
- Construção de passarelas entre os kms 334+860 e 337+790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 e o km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

### SP 330 Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366+150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

## Notas Explicativas

Em decorrência desses contratos de concessões, as Concessionárias Estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como direito da outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão

	<u>Autovias</u> Previsão de 2011 a 2018	<u>Centrovias</u> Previsão de 2011 a 2019	<u>Intervias</u> Previsão de 2011 a 2028	<u>Vianorte</u> Previsão de 2011 a 2018	<u>Total</u>
Investimentos para melhorias na infraestrutura	83.939	41.195	411.381	46.895	583.410
Conserva especial	<u>248.128</u>	<u>192.468</u>	<u>277.362</u>	<u>203.236</u>	<u>921.194</u>
	<u>332.067</u>	<u>233.663</u>	<u>688.743</u>	<u>250.131</u>	<u>1.504.604</u>

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras-de-arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

## Notas Explicativas

### Concessionárias federais

- Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, nº 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 kms de duplicação de rodovia;
- 48,3 kms de terceira faixa;
- 10,2 kms de vias laterais;
- Construção de nove passarelas;
- Construção de cinco praças de pedágio;
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, nº 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 kms de duplicação da rodovia;
- 3,8 kms de vias laterais;
- 28,3 kms de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;

## Notas Explicativas

- Construção de 5 praças de pedágio;
  - Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR381, km 850,5 - Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 kms de terceira faixa;
  - 94,16 kms de vias laterais;
  - 10,3 kms de variantes/contornos;
  - Construção de 50 passarelas;
  - Construção de 8 praças de pedágio;
  - Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

## Notas Explicativas

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 kms de duplicação de rodovia;
  - 104,9 kms de terceira faixa;
  - 109,6 kms de vias laterais;
  - 23,6 kms de variantes/contornos;
  - Construção de 51 passarelas;
  - Construção de 6 praças de pedágio;
  - Construção de 9 Bases de Serviço Operacional – BSOs;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 kms de terceira faixa;
- 79,7 kms de vias laterais;
- 94,7 kms de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

## Notas Explicativas

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para Fluminense e Litoral Sul e no mês de dezembro para Planalto Sul, Fernão Dias e Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao poder concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento à ANTT da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor Anual</u>	<u>Valor no Período da Concessão</u>
Planalto Sul	1.846	46.143
Fluminense	2.665	66.630
Fernão Dias	7.906	197.638
Régis Bittencourt	8.436	210.900
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>160.595</u>
	<u>27.277</u>	<u>681.906</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER;
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais. Sendo de responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão;

## Notas Explicativas

- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão;
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos;
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O pedido de registro de sociedade por ações de capital aberto na CVM foi concedido em 29 de março de 2010;
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	Previsão 2011 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Investimentos para melhorias na infraestrutura	273.427	635.500	451.150	1.076.915	757.778	3.194.770
Recuperações /Manutenções	<u>395.060</u>	<u>378.573</u>	<u>686.714</u>	<u>624.418</u>	<u>614.737</u>	<u>2.699.502</u>
Total	<u>668.487</u>	<u>1.014.073</u>	<u>1.137.864</u>	<u>1.701.333</u>	<u>1.372.515</u>	<u>5.894.272</u>

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e

## Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRSs. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 (equivalente ao IFRS 1) foi aplicado. Uma explicação de como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade está apresentada na nota explicativa nº 5.

### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

## Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

### Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

### Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação destes serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

## Notas Explicativas

### Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas Controladas na elaboração das demonstrações financeiras são:

### 4.1. Base de consolidação

#### Combinações de negócio

Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009:

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:

Como parte da transição para as IFRSs e os CPCs a Sociedade optou por não rerepresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

## Notas Explicativas

### Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas onde a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante e que estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital Total / Votante</u>	
		<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%
SPR	Brasil	-	100%

- (a) A Latina Manutenção é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (b) A Paulista é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (c) A Latina Sinalização domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, principais compromissos e outras informações, estão divulgados na nota explicativa nº 2.

## Notas Explicativas

### Transações eliminadas na consolidação

#### 4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Sociedade possuía instrumentos financeiros classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os saldos destes ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas, são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

##### b) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

#### 4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação da ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Conseqüentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

### 4.4. Ativo Diferido

O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se determinou que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi totalmente eliminado nas demonstrações consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas demonstrações consolidadas (IFRS).

### 4.5. Ativo intangível

#### Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu um ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## Notas Explicativas

### 4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por se tratar basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o mesmo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

### 4.8. Instrumentos financeiros passivos

#### a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### b) Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº19.

## Notas Explicativas

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão” registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas suas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, onde está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

### 4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

#### Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e para a contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 9.

### 4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

## Notas Explicativas

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil-econômica dos ativos ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

### 4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

### 4.12. Ativos e passivos como objeto de ajuste a valor presente.

Para determinados ativos e passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para obras futuras: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;

## Notas Explicativas

- **Credores da Concessão:** decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de projeção de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos em rodovias - nominal	9.783	5.217	6.603
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>9.474</u>	<u>5.078</u>	<u>6.405</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>309</u>	<u>139</u>	<u>198</u>
Provisão para manutenção - nominal	40.035	64.152	53.807
Provisão para manutenção a valor presente	<u>38.990</u>	<u>62.474</u>	<u>52.401</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>1.045</u>	<u>1.678</u>	<u>1.406</u>
Credores para concessão – nominal (*)	61.101	56.600	55.879
Credores para concessão a valor presente (*)	<u>59.639</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>1.462</u>	<u>1.406</u>	<u>1.346</u>
<u>Não circulantes</u>			
Provisão para investimentos em rodovias - nominal	59.861	68.286	76.609
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>54.840</u>	<u>61.252</u>	<u>65.550</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>5.021</u>	<u>7.034</u>	<u>11.059</u>
Provisão para manutenção - nominal	150.632	92.986	87.491
Provisão para manutenção a valor presente	<u>124.331</u>	<u>78.756</u>	<u>78.121</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>26.301</u>	<u>14.230</u>	<u>9.370</u>
Credores para concessão - nominal	387.968	402.603	464.631
Credores para concessão a valor presente	<u>316.066</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>71.902</u>	<u>82.027</u>	<u>102.971</u>

(\*) Inclui a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

### 4.13. Reconhecimento de receita

#### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria determinados nos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

## Notas Explicativas

### Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

#### 4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.15. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos Propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

#### 4.16. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4.17. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido pela alta administração da Sociedade.

## Notas Explicativas

### 4.18. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas. As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1o de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção da nova Norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação.

Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

Modificações na IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - *Income Taxes denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

## Notas Explicativas

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - *Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

Modificação da IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)* que trata da eliminação de datas fixas para adoção inicial das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que a adoção inicial das IFRSs não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

### 5. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) CONFORME EMITIDAS PELO IASB

#### 5.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- (i) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.

## Notas Explicativas

- (ii) Mensuração de combinações de negócios: a Sociedade optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos.
- (iii) Transição de contabilização para contratos de concessão: a aplicação retrospectiva foi adotada para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS1 e ICPC01 foram adotadas de forma prospectiva para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

### Exceção das estimativas

A Sociedade aplicou a exceção obrigatória de adoção retroativa dos IFRSs referente a estimativas. As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o novo padrão contábil em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com o BR GAAP anterior.

Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras consolidados pela aplicação do ICPC-01 foram:

### Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	116.284	-	116.284
Contas a receber	38.449	-	38.449
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	3.390	-	3.390
Despesas antecipadas	4.771	-	4.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.222	(5.222)	-
Impostos a recuperar	11.875	-	11.875
Adiantamentos para novos projetos	247	-	247
Outros créditos	<u>4.957</u>	<u>-</u>	<u>4.957</u>
Total dos ativos circulantes	185.282	(5.222)	180.060
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5.036	-	5.036
Impostos a recuperar	1.717	-	1.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.001	51.795	59.796
Depósitos judiciais	4.772	-	4.772
Outras contas a receber	146	-	146
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	1.817.522	(1.795.817)	21.705
Intangível	376.236	1.962.019	2.338.255
Diferido	<u>158.507</u>	<u>(158.507)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	2.372.990	59.490	2.432.480
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><u>2.558.272</u></u>	<u><u>54.268</u></u>	<u><u>2.612.540</u></u>

**Notas Explicativas**

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	101.646	-	101.646
Fornecedores	124.662	-	124.662
Obrigações sociais	20.921	-	20.921
Obrigações fiscais	54.919	-	54.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.576	(4.576)	-
Contas a pagar – partes relacionadas	978	-	978
Cauções contratuais	24.944	-	24.944
Dividendos propostos	25.041	-	25.041
Credores pela concessão	54.533	-	54.533
Provisão para manutenção em rodovias	-	52.401	52.401
Provisão para investimentos em rodovias	-	6.405	6.405
Outras contas a pagar	<u>22.473</u>	<u>-</u>	<u>22.473</u>
Total dos passivos circulantes	434.693	54.230	488.923
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	935.070	-	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.495	-	3.495
Receita diferida	429	-	429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.022	4.564	13.586
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.121	78.121
Provisão para investimentos em rodovias	-	65.550	65.550
Outras contas a pagar	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Total dos passivos não circulantes	1.309.686	148.235	1.457.921
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(148.197)	138.884
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	813.893	(148.197)	665.696
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>2.558.272</b></u>	<u><b>54.268</b></u>	<u><b>2.612.540</b></u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	-	442.192
Contas a receber	64.141	-	64.141
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	2.279	-	2.279
Despesas antecipadas	6.762	-	6.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	(5.868)	-
Impostos a recuperar	13.550	-	13.550
Adiantamentos para novos projetos	256	-	256
Outros créditos	<u>2.977</u>	<u>-</u>	<u>2.977</u>
Total dos ativos circulantes	538.112	(5.868)	532.244

**Notas Explicativas**

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5.298	-	5.298
Impostos a recuperar	1.699	-	1.699
Despesas antecipadas	510	-	510
Cauções contratuais	98	-	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	47.441	61.530
Depósitos judiciais	10.660	-	10.660
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.298.276	(2.270.605)	27.671
Intangível	342.077	2.484.702	2.826.779
Diferido	<u>138.914</u>	<u>(138.914)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>2.812.746</u>	<u>122.624</u>	<u>2.935.370</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b><u>3.350.858</u></b>	<b><u>116.756</u></b>	<b><u>3.467.614</u></b>
	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b><u>Passivos e patrimônio líquido</u></b>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	946.883	-	946.883
Fornecedores	55.076	-	55.076
Obrigações sociais	33.358	-	33.358
Obrigações fiscais	48.779	-	48.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	(1.057)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	895	-	895
Cauções contratuais	20.411	-	20.411
Dividendos propostos	41.866	-	41.866
Credores pela concessão	55.194	-	55.194
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.264	(7.264)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	62.474	62.474
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.078	5.078
Outras contas a pagar	<u>10.958</u>	<u>-</u>	<u>10.958</u>
Total dos passivos circulantes	<u>1.221.741</u>	<u>59.231</u>	<u>1.280.972</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	847.050	-	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	104	7.264	7.368
Receita diferida	452	-	452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	7.376	17.765
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.756	78.756
Provisão para investimentos em rodovias	-	61.252	61.252
Outras contas a pagar	<u>2.241</u>	<u>-</u>	<u>2.241</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>1.180.812</u>	<u>154.648</u>	<u>1.335.460</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	(97.123)	324.370
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>948.305</u>	<u>(97.123)</u>	<u>851.182</u>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b><u>3.350.858</u></b>	<b><u>116.756</u></b>	<b><u>3.467.614</u></b>

**Notas Explicativas**Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009:

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	121.456	(1.267)
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(2.560)	(1.116)
Provisão para manutenção de rodovias	(206.531)	(128.708)
Despesa financeira decorrente de ajustes a valor presente	(15.690)	(6.014)
Estorno de capitalização de Juros	(345)	(33)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado dos ajustes	35.212	46.623
Baixa do Ativo diferido líquida	(131.482)	(143.015)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	102.817	85.333
Total dos Ajustes	<u>(97.123)</u>	<u>(148.197)</u>
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do exercício consolidado em 31 de dezembro de 2009:

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
RECEITAS	1.189.009	661.082	1.850.091
CUSTO DOS SERVIÇOS			
Custo dos serviços prestados	(643.577)	53.661	(589.916)
Custo dos serviços de construção	-	(613.090)	(613.090)
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	(643.577)	(559.429)	(1.203.006)
LUCRO BRUTO	545.432	101.653	647.085
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(104.947)	(11.527)	(116.474)
Remuneração da Administração	(9.639)	(1.282)	(10.921)
Tributárias	(5.775)	(21)	(5.796)
Amortização do ágio em investimentos	(8.133)	-	(8.133)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.419	-	3.419
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	420.357	88.823	509.180
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	32.996	62	33.058
Despesas financeiras	(188.780)	(9.956)	(198.736)
Variação cambial, líquida	199	(417)	(218)
	<u>(155.585)</u>	<u>(10.311)</u>	<u>(165.896)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	264.772	78.512	343.284
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(97.430)	(16.072)	(113.502)
Diferidos	8.936	(11.366)	(2.430)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>176.278</u>	<u>51.074</u>	<u>227.352</u>

## Notas Explicativas

### Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC na demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	603.232	(39.980)	563.252
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(790.767)	39.980	(750.787)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	513.443	-	513.443

### Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

#### ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão:

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão às previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Essa Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições do ICPC 01 foram aplicadas retrospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos nos componentes do patrimônio líquido.

Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS 1 e ICPC 01 foram adotadas prospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Adicionalmente os contratos de concessão da Sociedade estão classificados no modelo de ativo intangível.

## 5.2 Demonstrações financeiras individuais

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Manutenção do ativo diferido na demonstrações financeiras individuais: O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e nº. 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se incluiu a determinação de que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi mantido nas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, os efeitos dos ativos diferidos foram totalmente eliminados nas demonstrações consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas demonstrações consolidadas.

## Notas Explicativas

Exceto pelos efeitos da manutenção dos efeitos do ativo diferido descritos no parágrafo anterior, a Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima.

Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras da controladora pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Total dos ativos circulantes	27.729	-	27.729
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Contas a receber - partes relacionadas	424.041	-	424.041
Depósitos judiciais	3.106	-	3.106
Outras contas a receber	116	-	116
Investimentos em controladas e coligadas	751.430	(5.182)	746.248
Imobilizado	3.771	-	3.771
Intangível	231	-	231
Total dos ativos não circulantes	<u>1.182.695</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.177.513</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Total dos passivos circulantes	30.703	-	30.703
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	365.828	-	365.828
Total dos passivos não circulantes	365.828	-	365.828
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(5.182)	281.899
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	(22.271)	-	(22.271)
Total do patrimônio líquido	813.893	(5.182)	808.711
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>

**Notas Explicativas**Efeitos na adoção dos CPC no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente apresentados	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
Total dos ativos circulantes	92.798	-	92.798
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Contas a receber - partes relacionadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.717	-	3.717
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	880.123	34.359	914.482
Imobilizado	4.642	-	4.642
Intangível	325	-	325
Total dos ativos não circulantes	<u>1.304.962</u>	<u>34.359</u>	<u>1.339.321</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><b>1.397.760</b></u>	<u><b>34.359</b></u>	<u><b>1.432.119</b></u>
	Saldos originalmente apresentados	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Total dos passivos circulantes	93.455	-	93.455
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>356.000</u>	-	<u>356.000</u>
Total dos passivos não circulantes	356.000	-	356.000
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	34.359	455.852
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	-	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	948.305	34.359	982.664
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>1.397.760</b></u>	<u><b>34.359</b></u>	<u><b>1.432.119</b></u>

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009:

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos		
Ajuste na Equivalência patrimonial pela mudança de critério Contábil	(68.458)	(90.515)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	102.817	85.333
Total dos Ajustes	<u>34.359</u>	<u>(5.182)</u>
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u>982.664</u>	<u>808.711</u>

**Notas Explicativas**Efeitos na adoção dos CPC no resultado do exercício da controladora consolidado em 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>Outras receitas</u>			
Equivalência patrimonial	<u>187.268</u>	<u>39.537</u>	<u>226.805</u>
LUCRO BRUTO	187.268	39.537	226.805
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	(10.624)	-	(10.624)
Remuneração da Administração	(4.613)	-	(4.613)
Tributárias	(2.454)	-	(2.454)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.536	-	2.536
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>172.113</u>	<u>39.537</u>	<u>211.650</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	48.134	-	48.134
Despesas financeiras	(40.964)	-	(40.964)
Variação cambial, líquida	<u>206</u>	<u>-</u>	<u>206</u>
	7.376	-	7.376
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>179.489</u>	<u>39.537</u>	<u>219.026</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	(3.207)	-	(3.207)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>176.282</u>	<u>39.537</u>	<u>215.819</u>

Efeitos na adoção dos CPC na demonstração dos fluxos de caixa da controladora

	Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(16.471)	-	(16.471)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	42.475	-	42.475
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	(19.318)	-	(19.318)

Exceto pela manutenção do saldo do ativo diferido, como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

**Notas Explicativas**

Abaixo apresentamos reconciliação do patrimônio líquido da controladora e consolidado:

	<u>Controladora</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido controladora:			
Ativo diferido	1.203.066	982.664	808.711
Patrimônio líquido consolidado	<u>(116.288)</u>	<u>(131.482)</u>	<u>(143.015)</u>
Total	<u>1.086.778</u>	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e contas bancárias	477	1.061	765	21.336	20.379	42.827
Aplicações financeiras (*)	<u>76.429</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>1.146.952</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>
Total	<u>76.906</u>	<u>12.018</u>	<u>5.332</u>	<u>1.168.288</u>	<u>442.192</u>	<u>116.284</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificado de depósito bancário - CDB	-	10.957	4.567	69.022	361.856	44.526
Debêntures	-	-	-	1.518	36.989	27.263
Fundos de investimentos	76.429	-	-	1.069.412	22.968	1.668
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	-	-	<u>7.000</u>	-	-
Total	<u>76.429</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>1.146.952</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>

**7. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Receitas acessórias	690	538	403
Pedágio eletrônico	77.800	57.759	35.100
Cupons de pedágio	3.400	4.117	1.768
Cartões de pedágio	977	1.070	-
Arrecadação de cartão de crédito	-	-	281
Outras	<u>1.561</u>	<u>657</u>	<u>897</u>
	<u>84.428</u>	<u>64.141</u>	<u>38.449</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificaram a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e 1º de janeiro de 2009. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**Notas Explicativas****8. DESPESAS ANTECIPADAS**

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	28	31	34	4.731	6.470	4.771
Adiantamento a fornecedores	102	102	-	399	790	-
Outros	-	-	-	734	12	-
	<u>130</u>	<u>133</u>	<u>34</u>	<u>5.864</u>	<u>7.272</u>	<u>4.771</u>
Circulante	130	133	34	5.702	6.762	4.771
Não circulante	-	-	-	162	510	-

**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Prejuízo Fiscal (a)	32.153	24.621	132-
Provisão de Participação nos lucros	3.788	(940)	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	10.589	6.883	1.667
Direito de concessão incorporado (c)	6.231	17.700	29.506
Mudança de prática contábil (d)	7.175	8.741	3.929
Ágio incorporado da SPR (e)	32.715	-	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):			
Provisão para manutenção de rodovias	139.370	135.805	130.554
Provisão para investimentos em rodovias	2.688	5.459	7.579
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	21.709	(22.365)	589
Ajuste dos encargos financeiros	2.851	4.128	1.914
Base de cálculo	259.269	180.972	175.870
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	88.151	61.530	59.796
Bases do passivo diferido:			
Ajustes de leasing financeiro	143	194	129
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (f)	19.918	21.935	28.173
Amortização do direito de outorga incorporada (g)	20.263	10.132	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):			
Provisão para manutenção de rodovias	(22.793)	(5.182)	-
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	74.422	26.568	187
Ajuste dos encargos financeiros	(8.417)	(1.397)	11.470
Base de cálculo	83.536	52.250	39.959
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>28.402</u>	<u>17.765</u>	<u>13.586</u>

(a) Referem-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de 10 anos de realização, conforme instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002.

(b) Calculado com base na alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) sobre provisões de reclamações pendentes de resoluções.

## Notas Explicativas

- (c) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (d) Refere-se à mudança de prática contábil relacionada à adoção do critério de ajustar as obrigações com o Poder Concedente ao valor presente.
- (e) Refere-se ao processo de incorporação da controladora SPR - Sociedade Para Participações em Rodovias S/A, sendo constituído imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, quando da incorporação da mesma.
- (f) Calculado com base na alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) sobre o valor do direito de outorga incorporado, previamente amortizado por sociedade cindida e posteriormente incorporada, em consonância com a legislação fiscal vigente. O reconhecimento desse ativo está baseado na expectativa de sua realização com lucros tributáveis a serem gerados pelas controladas que incorporaram o acervo cindido.
- (g) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (h) Refere-se à Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelo IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	12.315	907
2012	9.493	1.140
2013	8.793	1.141
2014	9.044	1.143
Acima de 2014	<u>48.506</u>	<u>24.071</u>
	<u>88.151</u>	<u>28.402</u>

**Notas Explicativas****10. IMPOSTOS A RECUPERAR**

Estão representados por:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda e contribuição social	5.453	8.626	-	7.627	11.138	1.780
IRRF sobre aplicações financeiras	1.207	46	1.469	8.221	3.449	2.914
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	42	42	3.296	42	42	3.296
IRRF sobre mútuo	2.068	-	1.662	3.256	57	1.662
PIS e COFINS a recuperar	51	-	6	58	374	1.885
IRRF sobre serviços de terceiros	1	-	-	1.170	6	2.039
Outros impostos a recuperar	6	6	6	4.306	183	16
<b>Total</b>	<b>8.828</b>	<b>8.720</b>	<b>6.439</b>	<b>24.680</b>	<b>15.249</b>	<b>13.592</b>
Circulante	8.828	8.720	6.439	24.680	13.550	11.875
Não circulante	-	-	-	-	1.699	1.717

**11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS**Demonstrações financeiras individuais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	31.12.2010						
	Ações Ordinárias	Participação Capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro (prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	148.083	779.246	631.163	229.038	55.144
Centrovias	105.423.237	100%	102.884	655.860	552.976	250.223	56.967
Intervias	4.352.285	100%	197.474	933.858	736.384	269.001	84.858
Vianorte	1.132.038	100%	111.137	670.386	559.249	210.453	19.604
Planalto Sul	35.001.003	100%	36.034	235.640	199.606	136.370	2.639
Fluminense	63.001.003	100%	70.938	323.749	252.811	156.612	14.472
Fernão Dias	213.001.003	100%	191.275	595.948	404.673	303.684	(8.729)
Régis Bittencourt	85.793.000	100%	130.216	652.994	522.778	340.915	38.107
Litoral Sul	51.001.000	100%	52.848	380.697	327.849	216.443	12.638
SPR	-	100%	-	-	-	-	13.885
Paulista(*)	500.000	100%	3.709	11.791	8.082	50.151	6.661
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	11.089	54.610	43.521	190.250	13.756
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	4.841	8.500	3.659	27.418	5.367

(\*) Quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2009 estão assim representados:

	31.12.2009						
	Ações Ordinárias	Participação Capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro (prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	153.209	539.362	386.153	205.375	49.158
Centrovias	105.423.237	100%	86.357	470.891	384.534	201.243	49.626
Intervias	4.352.285	100%	148.535	640.613	492.078	239.826	78.181
Planalto Sul	25.001.003	100%	23.717	204.716	180.999	110.812	(1.042)
Fluminense	63.001.003	100%	58.938	283.316	224.378	146.240	(3.748)
Fernão Dias	68.001.003	100%	55.004	405.582	350.578	236.933	(12.619)
Régis Bittencourt	84.001.000	100%	99.367	522.607	423.240	278.576	17.513
Litoral Sul	51.001.000	100%	40.785	310.126	269.341	194.473	(9.472)
SPR	233.420.000	100%	222.362	227.749	5.387	-	23.016
Paulista(*)	500.000	100%	5.348	10.378	5.030	37.687	6.528
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	14.133	28.489	14.356	137.392	21.990
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	5.674	10.124	4.450	23.757	7.674

(\*) Quotas

**Notas Explicativas**

Os saldos dos investimentos em controladas em 01º de janeiro de 2009 estão assim representados:

	01.01.2009				
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>
Autovias	125.040.451	100%	119.860	527.501	407.641
Centrovias	105.423.237	100%	65.188	453.271	388.083
Intervias	4.352.285	100%	111.900	609.345	497.445
Planalto Sul	25.001.003	100%	24.759	114.097	89.338
Fluminense	31.001.003	100%	30.686	130.034	99.348
Fernão Dias	56.001.003	100%	55.623	234.094	178.471
Régis Bittencourt	44.001.000	100%	43.624	264.448	220.824
Litoral Sul	34.001.000	100%	33.257	162.668	129.411
SPR	242.420.000	100%	213.635	213.730	94
Paulista	500.000	100%	20.620	33.526	12.906
Latina Manutenção	250.000	100%	26.043	49.507	23.464

**(\*) Quotas**

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	<u>Saldo em 31.12.2009</u>	<u>Incorporação SPR pela Vianorte (ajustada (*))</u>	<u>Aporte (redução) de capital</u>	<u>Juros sobre o capital próprio / dividendos</u>	<u>Equiv. Patrimonial Lucro (prejuízo) do exercício</u>	<u>Saldos em 31.12.2010</u>
Autovias	153.209			(60.270)	55.144	148.083
Centrovias	86.357		4.300	(44.740)	56.967	102.884
Intervias	148.535			(35.919)	84.858	197.474
Vianorte (a)	-	117.328		(4.313)	(1.878)	111.137
Planalto Sul	23.717		10.000	(322)	2.639	36.034
Fluminense	58.938			(2.472)	14.472	70.938
Fernão Dias	55.004		145.000	(8.729)	(8.729)	191.275
Régis Bittencourt	99.367		1.792	(9.050)	38.107	130.216
Litoral Sul	40.785			(575)	12.638	52.848
SPR (a)	222.362	(117.328)	(116.092)	(2.827)	13.885	0
Paulista	5.348			(8.300)	6.661	3.709
Latina Manutenção	14.133			(16.800)	13.756	11.089
Latina Sinalização	5.674			(6.200)	5.367	4.841
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034			-	-	1.034
Outros investimentos	19			-	-	19
Total	<u>914.482</u>	<u>-</u>	<u>45.000</u>	<u>(191.788)</u>	<u>293.887</u>	<u>1.061.581</u>

**(\*) Incluso ajustes trazidos pelo ICPC01 / IFRS**

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	<u>Saldo em 01.01.2009</u>	<u>Aporte (redução) de capital</u>	<u>Juros sobre o capital próprio / dividendos</u>	<u>Equiv. Patrimonial Lucro (prejuízo) do exercício</u>	<u>Saldos em 31.12.2009</u>
Autovias	119.860	-	(15.809)	49.158	153.209
Centrovias	65.188	-	(28.457)	49.626	86.357
Intervias	111.900	-	(41.546)	78.181	148.535
Planalto Sul	24.759	-	-	(1.042)	23.717
Fluminense	30.686	32.000	-	(3.748)	58.938
Fernão Dias	55.623	12.000	-	(12.619)	55.004
Régis Bittencourt	43.624	40.000	(1.770)	17.513	99.367
Litoral Sul	33.257	17.000	-	(9.472)	40.785
SPR	213.635	(9.000)	(5.289)	23.016	222.362
Paulista	20.620	-	(21.800)	6.528	5.348
Latina Manutenção	26.043	-	(33.900)	21.990	14.133
Latina Sinalização	-	-	(2.000)	7.674	5.674
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>746.248</u>	<u>92.000</u>	<u>(150.571)</u>	<u>226.805</u>	<u>914.482</u>

**Notas Explicativas****12. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Controladora					Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 01.01.2009	761	2.776	928	998	-	5.463
Adições	212	6	510	854	-	1.582
Transferências	775	-	-	(775)	-	-
Alienações/baixas	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>
Saldo em 31.12.2009	1.735	2.782	1.436	984	-	6.937
Adições	451	-	295	599	586	1.931
Transferências	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>2.156</u>	<u>2.782</u>	<u>1.719</u>	<u>1.583</u>	<u>586</u>	<u>8.826</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 01.01.2009	(340)	(506)	(628)	(218)	-	(1.692)
Depreciações/amortizações	(137)	(111)	(296)	(148)	-	(692)
Alienações/baixas	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>89</u>
Saldo em 31.12.2009	(463)	(617)	(923)	(292)	-	(2.295)
Depreciações/amortizações	(197)	(111)	(290)	(259)	-	(857)
Alienações/baixas	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(659)</u>	<u>(728)</u>	<u>(1.212)</u>	<u>(551)</u>	<u>-</u>	<u>(3.150)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 01.01.2009	421	2.270	300	780	-	3.771
Saldo em 31.12.2009	1272	2.165	513	692	-	4.642
Saldo em 31.12.2010	1497	2.054	507	1.032	586	5.676

## Notas Explicativas

	Consolidado										Total	
	Móveis Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benefeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Maquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em Andamento		
<b>Custo do imobilizado bruto</b>												
Saldo em 01.01.2009	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	-	3.442	1.546	1.276	29.577	
Adições	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	-	2.933	864	37	13.038	
Transferências	1.113	(80)	36	(452)	-	-	-	-	(1.306)	(1.311)	(2.000)	
Alienações/baixas	(18)	(681)	(22)	-	(159)	-	-	-	(93)	-	(973)	
Saldo em 31.12.2009	6.751	9.240	1.901	4.461	5.879	4.022	-	6.375	1.011	2	39.642	
Adições	877	1.213	338	841	8.200	4.769	586	9.980	689	297	27.790	
Transferências	56	(604)	(12)	(34)	(3)	(183)	-	-	-	(91)	(871)	
Alienações/baixas	(19)	(390)	(6)	(9)	(413)	-	-	-	-	-	(837)	
Saldo em 31.12.2010	7.665	9.459	2.221	5.259	13.663	8.608	586	16.355	1.700	208	65.724	
<b>Depreciação acumulada</b>												
Saldo em 01.01.2009	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	-	(711)	(221)	-	(7.872)	
Depreciações/amortizações	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	-	(583)	(154)	-	(4.761)	
Transferências	-	(56)	-	40	-	-	-	(509)	-	-	(525)	
Alienações/baixas	14	447	1	-	121	-	-	530	74	-	1.187	
Saldo em 31.12.2009	(1.082)	(4.115)	(972)	(1.646)	(1.818)	(764)	-	(1.273)	(301)	-	(11.971)	
Depreciações/amortizações	(814)	(1.030)	(334)	(996)	(1.734)	(122)	-	(825)	(267)	-	(6.122)	
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59)	
Alienações/baixas	13	342	1	-	186	-	-	-	-	-	542	
Saldo em 31.12.2010	(1.883)	(4.862)	(1.305)	(2.642)	(3.366)	(886)	-	(2.098)	(568)	-	(17.610)	
<b>Imobilizado líquido:</b>												
Saldo em 01.01.2009	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	-	2.731	1.325	1.276	21.705	
Saldo em 31.12.2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	-	5.102	710	2	27.671	
Saldo em 31.12.2010	5.782	4.597	916	2.617	10.297	7.722	586	14.257	1.132	208	48.114	
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	-	

**Notas Explicativas**

## 13. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 01.01.2009	323
Adições	<u>181</u>
Saldo em 31.12.2009	504
Adições	<u>141</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>645</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 01.01.2009	(92)
Amortização	<u>(87)</u>
Saldo em 31.12.2009	(179)
Amortização	<u>(113)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(292)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 01.01.2009	231
Saldo em 31.12.2009	325
Saldo em 31.12.2010	353

## Notas Ex

	Consolidado								
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/SPR (d)	Software	Direito de exploração (e)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo do intangível</b>									
Saldo em 01.01.2009	2.417.318	351.939	69.695	74.560	7.086	-	420.099	14.722	3.355.419
Adições	228.166	-	123	-	3.364	-	389.436	2.987	624.076
Transferências	652.467	-	-	-	1.391	-	(638.229)	(6.102)	9.527
Alienações/baixas	(3.304)	-	-	-	(736)	-	(3.770)	-	(7.810)
Saldo em 31.12.2009	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	-	167.536	11.607	3.981.212
Adições	346.487	-	-	-	1.214	9,997	277.902	(3.979)	631.621
Transferências / Incorporação	192.349	-	60.326	-	-	-	(190.797)	(1.473)	60.405
Alienações/baixas	(1.866)	-	-	(60.326)	-	-	(774)	-	(62.966)
Saldo em 31.12.2010	3.831.617	351.939	130.144	14.234	12.319	9,997	253.867	6.155	4.610.272
<b>Amortização acumulada</b>									
Saldo em 01.01.2009	(890.090)	(92.745)	(29.838)	-	(4.491)	-	-	-	(1.017.164)
Amortização	(100.756)	(26.630)	(3.151)	(8.133)	(1.298)	-	-	-	(139.968)
Transferências	56	-	-	-	(40)	-	-	-	16
Alienações/baixas	1.125	-	849	-	709	-	-	-	2.683
Saldo em 31.12.2009	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	-	-	-	(1.154.433)
Amortização	(134.464)	(26.634)	(4.689)	(6.101)	(1.450)	-	-	-	(173.338)
Transferências	-	-	-	-	59	-	-	-	59
Alienações/baixas	1.020	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Saldo em 31.12.2010	(1.123.109)	(146.009)	(36.829)	(14.234)	(6.511)	-	-	-	(1.326.692)
<b>Intangível líquido:</b>									
Saldo em 01.01.2009	1.527.228	259.194	39.857	74.560	2.595	-	420.099	6.663	2.338.255
Saldo em 31.12.2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	-	167.536	11.607	2.826.779
Saldo em 31.12.2010	2.706.508	205.930	93.315	-	5.808	9,997	253.867	6.155	3.281.580

## Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17.
- (c) Referem-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão de 98 meses para a Autovias, de 108 meses para a Centrovias e de 211 meses para a Intervias.
- (d) Ágio na aquisição da Vianorte pela SPR. O ágio registrado na SPR refere-se à rentabilidade futura esperada no período da concessão e está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão, de 83 meses.
- (e) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisses a serem utilizados em obras de infra-estrutura de obras de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:				
	Taxa de Juros a Longo Prazo -			
Financiamento de investimentos (BNDES)(a)	TJLP + 2,8% a.a a 7,5% a.a.	923.910	33.291	29.739
Financiamento de equipamentos(FINAME)(b)	TJLP + 2,18% a 6,3% a.a.	9.930	10.321	4.130
Capital de giro	CDI +0,083%a.a a 2,5%a.a	-	900.685	63.249
Leasing(c)	CDI+1,52% a.a a 1,87% a.a.	<u>4.438</u>	<u>2.586</u>	<u>4.528</u>
		<u>938.278</u>	<u>946.883</u>	<u>101.646</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES)(a)	TJLP + 2,8% a.a a 7,5% a.a.	17.120	827.546	65.719
Financiamento de equipamentos(FINAME)(b)	TJLP + 2,18%a.a a 6,3%a.a.	10.914	19.203	15.549
Capital de giro	CDI +0,083%a.a a 2,5%a.a	-	-	849.700
Leasing(c)	CDI + 1,52% a 1,87% a.a.	14.724	301	4.102
		<u>42.758</u>	<u>847.050</u>	<u>935.070</u>
		<u>981.036</u>	<u>1.793.913</u>	<u>1.036.716</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

## Notas Explicativas

- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmado junto a instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.

Os contratos com o BNDES das concessionárias federais possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente;
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores;
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES;
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora;
- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

### Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias, para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES;
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei;
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo;
- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e ativo total maior ou igual a 20%;
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

**Notas Explicativas**

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem a curto prazo.

**15. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade Emitida</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>31.12.2010</u>		
			<u>Vencimentos Até</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Autovias:					
1ª série(a)	285.000	CDI + 1,6% a.a.	mar/15	68.647	217.945
2ª série(a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	7.940	124.775
2ª emissão(b)	<u>1.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	nov/15	<u>7.249</u>	<u>94.118</u>
	<u>406.000</u>			83.836	436.838
Custo de transação				<u>(1.160)</u>	<u>(2.462)</u>
				<u>82.676</u>	<u>434.376</u>
Centrovias:					
1ª série(a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	mar/15	68.933	218.810
2ª série(a)	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	mar/17	<u>7.940</u>	<u>124.774</u>
	<u>406.131</u>			76.873	343.584
Custo de transação				<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
				<u>75.919</u>	<u>341.540</u>
Intervias:					
1ª emissão(a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	mar/15	74.159	235.493
2ª emissão(b)	<u>3.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	nov/15	<u>21.747</u>	<u>282.354</u>
	<u>310.947</u>			95.906	517.847
Custo de transação				<u>(1.444)</u>	<u>(2.428)</u>
				<u>94.462</u>	<u>515.419</u>
Vianorte:					
1ª série(a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	mar/15	37.047	117.596
2ª série(a)	<u>100.000</u>	IPCA + 8% a.a.	mar/17	<u>6.616</u>	<u>103.978</u>
	<u>253.776</u>			43.663	221.574
Custo de transação				(635)	(1.488)
				<u>43.028</u>	<u>220.086</u>
Total				<u>296.085</u>	<u>1.511.421</u>

(a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 cada uma.

## Notas Explicativas

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª série	15/03/10	724.907	26/04/10	732.936
2ª série	15/03/10	340.000	27/04/10	345.382
1ª emissão	15/03/10	307.947	26/04/10	311.300
2ª emissão	22/11/10	<u>400.000</u>	16/12/10	<u>403.385</u>
Total		<u>1.772.854</u>		<u>1.793.003</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série será paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série será paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

### Ano de vencimento

2012	334.375
2013	335.085
2014	335.794
2015	273.968
2016	116.031
2017	<u>116.168</u>
	<u>1.511.421</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado junto a CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.

**Notas Explicativas**

4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito a seguir.

Aplicações financeiras vinculadas (“Sinking Fund”): como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento já esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor da aplicação era:

Ativo circulante	96.875
Ativo não circulante	301

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, essas aplicações foram remuneradas entre 100% a 100,8% da variação do CDI.

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda	162	-	-	18.938	20.183	23.910
Contribuição social	61	252	-	8.459	8.289	9.544
IRRF	1.004	719	785	1.872	2.622	3.218
PIS	-	99	-	958	985	596
COFINS	-	456	-	4.423	4.549	2.877
Tributos federais retidos	13	19	25	6.004	4.493	6.588
ISS	1	2	2	9.790	7.658	8.186
	<u>1.241</u>	<u>1.547</u>	<u>812</u>	<u>50.444</u>	<u>48.779</u>	<u>54.919</u>

**17. CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Ativo circulante	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Contas a receber - partes relacionadas:						
Autovias (a)	91	107	52	-	-	-
Centrovias (a)	93	69	43	-	-	-
Intervias (a)	114	76	34	-	-	-
Vianorte (a)	90	77	29	-	-	-
Planalto Sul (b)	1.029	836	820	-	-	-
Fluminense (b)	1.018	939	1.114	-	-	-
Fernão Dias (b)	1.506	1.429	1.474	-	-	-
Régis Bittencourt (b)	1.933	1.754	1.785	-	-	-
Litoral Sul (b)	1.475	1.407	1.440	-	-	-
Latina Manutenção	50	37	1	-	-	-
Latina Sinalização	48	33	-	-	-	-
Paulista	49	35	-	-	-	-
Planalto Sul (c)	9.753	3.875	-	-	-	-
Fluminense (c)	13.154	6.989	-	-	-	-
Fernão Dias (c)	23.871	12.589	-	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	25.876	13.667	-	-	-	-
Litoral Sul (c)	10.891	4.327	-	-	-	-
Autopark	89	87	87	89	87	87
Total	<u>91.130</u>	<u>48.333</u>	<u>6.879</u>	<u>89</u>	<u>87</u>	<u>87</u>

**Notas Explicativas**

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Dividendos a receber:						
Autovias	8.361	3.481	2.612	-	-	-
Centrovias	11.053	5.854	2.343	-	-	-
Intervias	15.816	6.560	3.602	-	-	-
Vianorte	4.313	-	-	-	-	-
Planalto Sul	322	-	-	-	-	-
Fluminense	2.472	-	-	-	-	-
Régis Bittencourt	9.050	1.793	23	-	-	-
Litoral Sul	575	-	-	-	-	-
SPR	-	<u>5.290</u>	-	-	-	-
	<u>51.962</u>	<u>22.978</u>	<u>8.580</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

<u>Ativo não circulante</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Contas a receber partes relacionadas:						
Planalto Sul (c)	60.000	60.000	61.071	-	-	-
Fluminense (c)	60.000	60.000	61.284	-	-	-
Fernão Dias (c)	110.000	110.000	112.149	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	119.000	119.000	121.379	-	-	-
Litoral Sul (c)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>416.000</u>	<u>416.000</u>	<u>424.041</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:						
Autovias (e)	26.313	14.489	-	-	-	-
Centrovias (e)	10.445	5.772	-	-	-	-
Intervias (e)	<u>44.678</u>	<u>24.312</u>	-	-	-	-
Total	<u>81.436</u>	<u>44.573</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
OHL Concesiones S.L.	68	69	68	68	127	127
Hur S.A.	243	254	341	243	254	254
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	406	448	569	406	448	448
Participes en Brasil S.L.	99	66	-	99	66	66
Autovias (b)	-	-	13	-	-	-
Centrovias (b)	5	-	-	-	-	-
Intervias (b)	12	-	-	-	-	-
Paulista	-	-	13	-	-	-
SPR (d)	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>835</u>	<u>837</u>	<u>1.004</u>	<u>816</u>	<u>895</u>	<u>895</u>
<u>Passivo não circulante</u>						
Empréstimos e Financiamentos com partes relacionadas:						
Autovias (d)	114.000	114.000	117.579	-	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	46.448	-	-	-
Intervias (d)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>	<u>201.801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Estão representadas pelas seguintes operações:

- Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo.
- Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em virtude do estágio inicial das operações das controladas federais. O fluxo futuro de recebimento desses mútuos será determinado em consonância com o perfil do endividamento consolidado da Sociedade e de suas controladas.

**Notas Explicativas**

- (d) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de setembro de 2010.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Autovias	(13.913)	(12.835)
Centrovias	(5.496)	(5.088)
Intervias	(23.960)	(22.958)
Planalto Sul	6.915	6.483
Fluminense	7.253	6.712
Fernão Dias	13.268	12.282
Régis Bittencourt	14.363	13.280
Litoral Sul	7.720	7.238
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	47	107
Hur S.A.	<u>11</u>	<u>99</u>
Total	<u>6.208</u>	<u>5.320</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 5.467 (R\$ 4.613 em 31 de dezembro de 2009) na controladora e R\$ 12.526 (R\$ 10.921 em 31 de dezembro de 2009) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esse valor corresponde basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e às suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário estas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos acima compatíveis com as taxas praticadas no país.

## 19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

**Notas Explicativas**

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante		Consolidado					
		Valor presente			Valor nominal (*)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Autovias	Direito de outorga	5.989	5.561	5.510	6.151	5.709	5.658
	Parcela variável (a)	650	574	516	-	-	-
Centrovias	Direito de outorga	8.979	8.321	8.244	9.203	8.542	8.466
	Parcela variável (a)	651	570	506	-	-	-
Intervias	Direito de outorga	5.634	5.178	5.195	5.727	5.316	5.269
	Parcela variável (b)	791	718	657	-	-	-
Vianorte	Direito de outorga	36.353	33.757	33.445	37.336	34.656	34.347
	Parcela variável (a)	592	515	460	-	-	-
Total		<u>59.639</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>	<u>58.417</u>	<u>54.223</u>	<u>53.740</u>

- (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.
- (b) Valor variável correspondente a 3% da receita mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Não circulante		Consolidado					
		Valor presente			Valor nominal (*)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Autovias	Direito de outorga	34.277	34.604	38.906	42.246	43.642	50.197
Centrovias	Direito de outorga	49.645	50.378	56.858	60.835	63.171	72.944
Intervias	Direito de outorga	37.461	36.965	40.821	47.696	48.145	54.376
Vianorte	Direito de outorga	<u>194.683</u>	<u>198.629</u>	<u>225.075</u>	<u>237.191</u>	<u>247.645</u>	<u>287.114</u>
Total		<u>316.066</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>	<u>387.968</u>	<u>402.603</u>	<u>464.631</u>

(\*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Autovias		12	80
Centrovias		12	77
Intervias		12	97
Vianorte		12	74
			92
			89
			109
			86

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

	Outorga		Valor pago
	Fixa	Variável	
Autovias	5.845	7.305	13.150
Centrovias	8.746	7.144	15.890
Intervias	5.443	9.137	14.580
Vianorte	<u>35.482</u>	<u>6.467</u>	<u>41.949</u>
Total	<u>55.516</u>	<u>30.053</u>	<u>86.569</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

**Notas Explicativas****20. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e 01º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2010</u>
Cíveis	3.933	3.169	(775)	(155)	3	6.175
Trabalhistas	2.699	1.322	(134)	(56)	-	3.831
Fiscais	<u>736</u>	<u>17</u>	<u>(541)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>212</u>
Total	<u>7.368</u>	<u>4.503</u>	<u>(1.450)</u>	<u>(211)</u>	<u>3</u>	<u>10.218</u>

	<u>01.01.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2009</u>
Cíveis	2.396	2.532	(430)	(565)	-	3.933
Trabalhistas	1.099	2.323	(661)	(54)	(8)	2.699
Fiscais	<u>-</u>	<u>997</u>	<u>(261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>736</u>
Total	<u>3.495</u>	<u>5.852</u>	<u>(1.352)</u>	<u>(619)</u>	<u>(8)</u>	<u>7.368</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 17.524, R\$ 11.266 e R\$ 1.499, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

A contabilização da provisão de manutenção e investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nºs 3, 4 e 5.

**Notas Explicativas**

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 01.01.2009	52.401	6.405	78.121	65.550
Adições	19.706	1.537	56.593	3.182
Utilizações	(65.591)	(9.123)	-	(1.223)
Transferências	<u>55.958</u>	<u>6.259</u>	<u>(55.958)</u>	<u>(6.257)</u>
Saldos em 31.12.2009	62.474	5.078	78.756	61.252
Adições	27.358	2.577	99.534	1.997
Utilizações	(104.801)	(4.780)	-	(1.810)
Transferências	<u>53.959</u>	<u>6.599</u>	<u>(53.959)</u>	<u>(6.599)</u>
Saldos em 31.12.2010	<u>38.990</u>	<u>9.474</u>	<u>124.331</u>	<u>54.840</u>

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 01º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 549.083 e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2010</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.942.000	11,53
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.344.300	7,76
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	9	0,00
Outros	<u>10.824.808</u>	<u>15,71</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	<u>31.12.2009</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.705.800	11,20
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	6.522.700	9,50
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	7	0,00
Outros	<u>9.882.610</u>	<u>14,30</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

**Notas Explicativas**

	<u>01.01.2009</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.105.800	10,30
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	3.648.400	5,30
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	7	0,00
Outros	<u>13.356.910</u>	<u>19,40</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	289.055
Reserva Legal de 5%	<u>(14.453)</u>
Base de cálculo	274.602
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>68.650</u>
Dividendos por ação	0,99653

22. RECEITAS

Está representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços prestados	1.631.185	1.292.113
Outras receitas	93.610	66.766
Receita de serviços de construção	<u>617.827</u>	<u>613.090</u>
	<u>2.342.622</u>	<u>1.971.969</u>

**Notas Explicativas**

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita bruta	2.342.622	1.971.969
ISSQN	(91.618)	(70.975)
PIS	(11.269)	(9.173)
COFINS	(51.916)	(41.090)
Outras deduções	<u>(3.290)</u>	<u>(640)</u>
Receita líquida	<u>2.184.529</u>	<u>1.850.091</u>

**23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Custo de construção	-	-	617.827	613.090
Com Pessoal	-	-	105.318	69.158
Serviços de terceiros	-	-	143.551	129.817
Depreciação / Amortização	-	-	161.714	126.374
Custos com poder concedente	-	-	30.355	26.292
Seguros / Garantias	-	-	6.425	6.409
Conservação	-	-	79.153	78.606
Provisão para manutenção em rodovias	-	-	146.085	75.737
Taxa Fiscalização	-	-	30.798	28.379
Outros	-	-	<u>64.512</u>	<u>49.144</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.385.738</u>	<u>1.203.006</u>

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com Pessoal	3.810	4.111	52.511	44.868
Serviços de terceiros	2.362	2.558	29.990	25.233
Depreciação / Amortização	903	726	13.645	10.222
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	1.561	4.724
Seguros / Garantias	51	-	6.278	6.598
Despesas com projetos	1.080	-	1.080	-
Consumos	561	657	6.176	4.897
Transportes	210	276	1.448	1.311
Outros	<u>2.701</u>	<u>2.296</u>	<u>17.727</u>	<u>18.621</u>
Total	<u>11.678</u>	<u>10.624</u>	<u>130.416</u>	<u>116.474</u>

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	50.357	46.917	9.854	15.019
Aplicações financeiras	6.090	11.161	82.648	17.783
Outras receitas	<u>12</u>	<u>56</u>	<u>145</u>	<u>256</u>
	<u>56.459</u>	<u>48.134</u>	<u>92.647</u>	<u>33.058</u>

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(43.369)	(40.881)	(227.100)	(149.926)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	(55.149)	(12.764)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	-	(9.054)	(10.205)
Outras despesas	<u>(115)</u>	<u>(83)</u>	<u>(19.274)</u>	<u>(25.841)</u>
	<u>(43.484)</u>	<u>(40.964)</u>	<u>(310.577)</u>	<u>(198.736)</u>

**25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa n 4.

**b) Informações suplementares**

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	61.015	19.213
Juros capitalizados	20.165	28.595
Caixa pago durante o exercício:		
Imposto de renda e contribuição social	123.769	84.419

**26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	291.672	219.026	434.851	343.284
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(99.168)	(74.469)	(147.849)	(116.717)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	99.921	77.114	-	-
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	-	(500)	10.987	(500)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(4.640)	(8.000)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	(2.074)	(2.765)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	1.144	1.385	4.198	(1.441)
Outros ajustes	<u>126</u>	<u>1.263</u>	<u>4.136</u>	<u>5.491</u>
Despesa contabilizada	<u>(2.617)</u>	<u>(3.207)</u>	<u>(130.602)</u>	<u>(115.932)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(2.617)	(3.207)	(147.243)	(113.502)
Diferidos	-	-	16.641	(2.430)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

## Notas Explicativas

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

#### Riscos de mercado

##### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	5,49%	6,86%	8,24%
Juros a incorrer (*)	195.223	226.938	258.817

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

##### c) Riscos de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 1º de janeiro de 2009, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 76.950, R\$ 57.570 e de R\$ 35.100, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

## Notas Explicativas

### d) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e 2009 representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

### e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	2015 em	<u>Total</u>
	(média ponderada) <u>efetiva % a.a.</u>						
Debêntures	12,70	432.237	489.932	453.508	415.971	707.991	2.499.639
BNDES Automático	6,34	951.586	10.538	5.031	1.923	870	969.948
Finame	7,46	13.170	9.623	6.068	2.733	2.117	33.711
Leasing	12,22	<u>2.248</u>	<u>1.729</u>	<u>1.729</u>	<u>1.729</u>	<u>585</u>	<u>8.020</u>
		<u>1.399.241</u>	<u>511.822</u>	<u>466.336</u>	<u>422.356</u>	<u>711.563</u>	<u>3.511.318</u>

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela alta administração, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em Construção e Concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e 4.1.

**Notas Explicativas**

## a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	31.12.2010			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
Receita líquida do Segmento	2.114.307	-	2.114.307	70.222	2.184.529
Receita líquida entre Segmentos	-	267.818	267.818	(267.818)	-
Custos	<u>(1.365.251)</u>	<u>(218.083)</u>	<u>(1.583.334)</u>	<u>197.596</u>	<u>(1.385.738)</u>
Lucro bruto	749.056	49.735	798.791	-	798.791
Despesas Gerais e Administrativas	(106.952)	(12.129)	(119.081)	(11.335)	(130.416)
Otras (despesas) receitas operacionais	(3.812)	(1.714)	(5.526)	(10.100)	(15.626)
Receitas Financeiras	129.019	1.057	130.076	(37.429)	92.647
Despesas Financeiras	(358.631)	(1.138)	(359.769)	49.192	(310.577)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	<u>32</u>	<u>32</u>
Lucro operacional antes dos impostos	408.680	35.811	444.491	(9.644)	434.847
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(133.053)	(11.409)	(144.462)	(2.781)	(147.243)
Diferidos	<u>15.261</u>	<u>1.380</u>	<u>16.641</u>	-	<u>16.641</u>
Lucro do Exercício	<u>290.888</u>	<u>25.782</u>	<u>316.670</u>	<u>(12.421)</u>	<u>304.249</u>
	31.12.2009				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
Receita líquida do Segmento	1.802.099	-	1.802.099	47.992	1.850.091
Receita líquida entre Segmentos	-	198.836	198.836	(198.836)	-
Custos	<u>(1.219.889)</u>	<u>(133.961)</u>	<u>(1.353.850)</u>	<u>150.844</u>	<u>(1.203.006)</u>
Lucro bruto	582.210	64.875	647.085	-	647.085
Despesas Gerais e Administrativas	(94.560)	(11.532)	(106.092)	(10.832)	(116.474)
Otras (despesas) receitas operacionais	(7.059)	(1.303)	(8.362)	(13.069)	(21.431)
Receitas Financeiras	58.549	601	59.150	(26.092)	33.058
Despesas Financeiras	(234.271)	(377)	(234.648)	35.912	(198.736)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	<u>(218)</u>	<u>(218)</u>
Lucro operacional antes dos impostos	304.869	52.264	357.133	(13.849)	343.284
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(93.755)	(16.072)	(109.827)	(3.675)	(113.502)
Diferidos	<u>(2.430)</u>	-	<u>(2.430)</u>	-	<u>(2.430)</u>
Lucro do Exercício	<u>208.684</u>	<u>36.192</u>	<u>244.876</u>	<u>(17.524)</u>	<u>227.352</u>

## b) Balanços por segmento

Ativos	31.12.2010			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixas e Equivalentes de Caixa	1.085.557	5.825	1.091.382	76.906	1.168.288
Contas a receber	92.782	25.437	118.219	(33.791)	84.428
Aplicações financeiras Vinculadas	96.875	-	96.875	-	96.875
Outros circulantes	<u>97.780</u>	<u>4.123</u>	<u>101.903</u>	<u>(63.816)</u>	<u>38.087</u>
Total circulantes	1.372.994	35.385	1.408.379	(20.701)	1.387.678
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.863	1.288	88.151	-	88.151
Outros não circulantes	10.727	63	10.790	5.164	15.954
Imobilizado	14.341	28.097	42.438	5.676	48.114
Intangível	<u>3.271.159</u>	<u>10.068</u>	<u>3.281.227</u>	<u>353</u>	<u>3.281.580</u>
Total não circulantes	3.739.090	39.516	3.778.606	(344.807)	3.433.799
Total ativos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>

**Notas Explicativas**

Passivos	31.12.2010			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.016.959	4.864	1.021.823	(83.545)	938.278
Debêntures	296.085	-	296.085	-	296.085
Fornecedores	87.118	9.356	96.474	(25.350)	71.124
Obrigações Sociais e Fiscais	67.055	17.490	84.545	6.709	91.254
Credores pela concessão	59.639	-	59.639	-	59.639
Dividendos Propostos	51.962	-	51.962	16.688	68.650
Outros circulantes	<u>124.455</u>	<u>1.862</u>	<u>126.317</u>	<u>(14.049)</u>	<u>112.268</u>
Total circulantes	1.703.273	33.572	1.736.845	(99.547)	1.637.298
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	443.458	15.300	458.758	(416.000)	42.758
Debêntures	1.511.421	-	1.511.421	-	1.511.421
Credores pela concessão	316.066	-	316.066	-	316.066
Outros não circulantes	<u>213.271</u>	<u>6.390</u>	<u>219.661</u>	<u>7.492</u>	<u>227.153</u>
Total não circulantes	2.484.216	21.690	2.505.906	(408.508)	2.097.398
Patrimônio Líquido	924.595	19.639	944.234	142.547	1.086.781
Total do passivos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>

Ativos	31.12.2009			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixas e Equivalentes de Caixa	407.993	21.958	429.951	12.241	442.192
Contas a receber	108.717	17.937	126.654	(62.513)	64.141
Outros circulantes	14.518	1.882	16.400	9.511	25.911
Total circulantes	531.228	41.777	573.005	(40.761)	532.244
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.530	-	61.530	-	61.530
Outros não circulantes	12.749	17	12.766	6.624	19.390
Imobilizado	15.901	7.128	23.029	4.642	27.671
Intangível	<u>2.759.958</u>	<u>69</u>	<u>2.760.027</u>	<u>66.752</u>	<u>2.826.779</u>
Total não circulantes	3.206.138	7.214	3.213.352	(277.982)	2.935.370
Total ativos	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>

Passivos	31.12.2009			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	987.174	1.156	988.330	(41.447)	946.883
Fornecedores	72.917	5.169	78.086	(23.010)	55.076
Obrigações Sociais e Fiscais	61.535	15.319	76.854	5.283	82.137
Credores pela concessão	55.194	-	55.194	-	55.194
Dividendos Propostos	35.269	-	35.269	6.597	41.866
Outros circulantes	<u>106.184</u>	<u>837</u>	<u>107.021</u>	<u>(7.205)</u>	<u>99.816</u>
Total circulantes	1.318.273	22.481	1.340.754	(59.782)	1.280.972
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.280.252	1.346	1.281.598	(434.548)	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576	-	320.576
Outros não circulantes	<u>160.555</u>	<u>9</u>	<u>160.564</u>	<u>7.270</u>	<u>167.834</u>
Total não circulantes	1.761.383	1.355	1.762.738	(427.278)	1.335.460
Patrimônio Líquido	657.710	25.155	682.865	168.317	851.182
Total dos passivos	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>

**Notas Explicativas**

Ativos	01.01.2009			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixas e equivalentes de caixa	103.348	4.784	108.132	8.152	116.284
Contas a receber	15.459	69.626	85.085	(46.636)	38.449
Outros circulantes	<u>38.049</u>	<u>3.252</u>	<u>41.301</u>	<u>(15.974)</u>	<u>25.327</u>
Total circulantes	156.856	77.662	234.518	(54.458)	180.060
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	365.841	16	365.857	(365.857)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.796	-	59.796	-	59.796
Outros não circulantes	6.703	-	6.703	6.021	12.724
Imobilizado	12.650	5.284	17.934	3.771	21.705
Intangível	<u>2.263.464</u>	-	<u>2.263.464</u>	<u>74.791</u>	<u>2.338.255</u>
Total não circulantes	2.708.454	5.300	2.713.754	(281.274)	2.432.480
Total ativos	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

Passivos	01.01.2009			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	100.699	947	101.646	-	101.646
Fornecedores	188.484	5.108	193.592	(68.930)	124.662
Obrigações sociais e fiscais	44.528	27.517	72.045	3.795	75.840
Credores pela concessão	54.533	-	54.533	-	54.533
Dividendos propostos	25.041	-	25.041	-	25.041
Outros circulantes	<u>106.643</u>	<u>350</u>	<u>106.993</u>	<u>208</u>	<u>107.201</u>
Total circulantes	519.928	33.922	553.850	(64.927)	488.923
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.356.737	2.377	1.359.114	(424.044)	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660	-	361.660
Outros não circulantes	<u>184.542</u>	-	<u>184.542</u>	<u>(23.351)</u>	<u>161.191</u>
Total não circulantes	1.902.939	2.377	1.905.316	(447.395)	1.457.921
Patrimônio Líquido	442.443	46.663	489.106	176.590	665.696
Total do passivos	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

**29. GARANTIAS E SEGUROS**

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	20.100	23.032	61.664	22.400
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	80.338	102.700	82.998	120.390

## Notas Explicativas

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	38.641	57.190	104.224	111.205	80.697

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 58.425.

### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Planalto Sul

No dia 08 de fevereiro de 2011, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira no valor de R\$ 331.344. O montante aprovado será utilizado para quitação do “empréstimo-ponte” de R\$ 96.465 que foi destinado, conforme contrato, para execução de serviços iniciais de recuperação da rodovia e despesas pré-operacionais. O saldo remanescente a ser liberado, será utilizado na recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, visando à exploração do Lote Rodoviário 02 (BR 116/PR/SC), referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público, celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a Sociedade.

#### Régis Bittencourt

No dia 17 de janeiro de 2011, ocorreu a liberação das parcelas do empréstimo de longo prazo do BNDES para colaboração financeira. O montante liberado foi utilizado para quitação do “empréstimo-ponte” que foi destinado, conforme contrato, para execução de serviços iniciais, recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, assim como construção da sede da concessionária e, ainda, despesas prévias operacionais, visando à exploração do Lote Rodoviário 06 (BR 116/SP/PR), referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público, celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a Sociedade.

#### Litoral Sul

No dia 14 de janeiro de 2011, ocorreu a assinatura do aditivo do contrato de financiamento firmado com o BNDES (empréstimo-ponte) alterando o prazo de vencimento, alterando de 15 de janeiro de 2011 para 15 de julho de 2011.

No dia 21 de janeiro de 2011 houve um aporte de capital realizado pela controladora “Obrascon Huarte Lain Brasil S.A”. no valor de R\$ 15.000 aumentando assim o capital da sociedade para R\$ 66.001.

#### Fernão Dias

A Fernão Dias renegociou junto ao BNDES prorrogação de vencimento do contrato de financiamento nº 09.2.0234.1 no valor de R\$ 204 milhões que vencia em 15 de Janeiro de 2011 para 15 de Julho de 2011.

Foi integralizado capital em 21 de janeiro de 2011 no montante de R\$ 15 milhões, correspondentes ao mesmo número de ações ordinárias nominativas, mediante deliberação do conselho da administração.

**Notas Explicativas****31. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

A comissão de valores mobiliários (CVM) facultou às Sociedades abertas a apresentação de suas informações trimestrais (ITR) durante o exercício de 2010 conforme as normas contábeis vigentes em 2009. Entretanto, exigiu das empresas que adotaram essa opção a reapresentação dos ITR de 2010, comparativamente com os de 2009, também ajustados às novas normas de 2010, pelo menos quando da apresentação do primeiro ITR de 2010. Foi exigido ainda das Sociedades que se utilizaram dessa faculdade a apresentação de uma nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e de 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrente da plena adoção das normas contábeis de 2010.

“Essas informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicado pelos auditores independentes da Sociedade de acordo com o requerimento da CVM para informações trimestrais (NPA06 do IBRACON), incluído os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas a procedimentos de auditoria”.

**Efeitos dos ajustes no patrimônio líquido:**

	Controladora					
	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Saldo anterior à adoção das novas práticas contábeis	1.004.218	1.066.881	1.153.199	817.836	863.593	919.548
Reversão de lucros	102.424	106.474	110.961	89.836	92.691	97.896
Equivalência Patrimonial	(64.613)	(65.137)	(67.057)	(82.205)	(76.471)	(72.793)
Saldo após à adoção das novas práticas contábeis	<u>1.042.029</u>	<u>1.108.218</u>	<u>1.197.103</u>	<u>825.467</u>	<u>879.813</u>	<u>944.651</u>
	Consolidado					
	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Saldo anterior à adoção das novas práticas contábeis	1.004.218	1.066.881	1.153.199	817.836	863.593	919.548
Despesas financeiras decorrentes de ajustes a valor presente	(17.169)	(21.423)	(24.137)	(8.328)	(10.949)	(13.564)
Provisão para manutenção de rodovias	(232.969)	(262.629)	(295.378)	(146.325)	(164.981)	(185.355)
Mudança de critério da amortização de investimentos	155.887	189.728	222.458	31.452	61.940	90.937
Amortização de investimentos que não geram benefícios	(3.239)	(3.897)	(4.060)	(1.293)	(1.639)	(2.074)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.282	33.547	34.541	42.343	39.388	37.492
reversão de lucros	102.424	106.474	110.961	89.836	92.691	97.896
Reversão de capitalização de juros	(405)	(463)	(481)	(54)	(230)	(228)
Eliminação do diferido	(128.039)	(123.896)	(120.096)	(141.474)	(138.478)	(135.036)
Saldo após à adoção das novas práticas contábeis	<u>913.990</u>	<u>984.322</u>	<u>1.077.007</u>	<u>683.993</u>	<u>741.335</u>	<u>809.616</u>

## Notas Explicativas

Efeitos dos ajustes na demonstração de resultados:

	Controladora														
	31.03.2010			Trimestre findo em 30.06.2010			Semestre findo em 30.06.2010			Trimestre findo em 30.09.2010			Período de 9 meses findo em 30.09.2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Despesas/Receitas Operacionais	57.457	3.446	60.903	63.572	3.529	67.101	121.029	6.975	128.004	86.644	2.565	89.209	207.673	9.540	217.213
Lucro operacional antes do	57.457	3.446	60.903	63.572	3.529	67.101	121.029	6.975	128.004	86.644	2.565	89.209	207.673	9.540	217.213
Imposto de renda e da contribuição social	(1.066)	-	(1.066)	(1.001)	-	(1.001)	(2.067)	-	(2.067)	(326)	-	(326)	(2.393)	-	(2.393)
Lucro líquido do exercício	<u>56.391</u>	<u>3.446</u>	<u>59.837</u>	<u>62.571</u>	<u>3.529</u>	<u>66.100</u>	<u>118.962</u>	<u>6.975</u>	<u>125.937</u>	<u>86.318</u>	<u>2.565</u>	<u>88.883</u>	<u>205.280</u>	<u>9.540</u>	<u>214.820</u>
	Controladora			Controladora			Controladora			Controladora			Controladora		
	31.03.2009			Trimestre findo em 30.06.2009			Semestre findo em 30.06.2009			Trimestre findo em 30.09.2009			Período de 9 meses findo em 0.09.2009		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Despesas/Receitas Operacionais	4.650	12.805	17.455	46.214	8.593	54.807	50.864	21.398	72.262	57.052	8.885	65.937	107.916	30.283	138.199
Lucro operacional antes do	4.650	12.805	17.455	46.214	8.593	54.807	50.864	21.398	72.262	57.052	8.885	65.937	107.916	30.283	138.199
Imposto de renda e contribuição social	(707)	-	(707)	(457)	-	(457)	(1.164)	-	(1.164)	(1.097)	-	(1.097)	(2.261)	-	(2.261)
Lucro líquido do exercício	<u>3.943</u>	<u>12.805</u>	<u>16.748</u>	<u>45.757</u>	<u>8.593</u>	<u>54.350</u>	<u>49.700</u>	<u>21.398</u>	<u>71.098</u>	<u>55.955</u>	<u>8.885</u>	<u>64.840</u>	<u>105.655</u>	<u>30.283</u>	<u>135.938</u>

## Notas Explicativas

	Consolidado																																																											
	31.03.2010			Trimestre findo em 30.06.2010			Semestre findo em 30.06.2010			Trimestre findo em 30.09.2010			Período de 9 meses findo em 30.09.2010																																															
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados																																													
Receita líquida de Vendas e/ou Serviços	336.477	158.709	495.186	358.002	203.082	561.084	694.479	361.791	1.056.270	395.236	234.985	630.221	1.089.715	596.776	1.686.491																																													
Custo de bens e/ou serviços	(173.800)	(142.344)	(316.144)	(180.431)	(186.566)	(366.997)	(354.231)	(328.910)	(683.141)	(182.519)	(221.007)	(403.526)	(536.750)	(549.917)	(1.086.667)																																													
Resultado Bruto	162.677	16.365	179.042	177.571	16.516	194.087	340.248	32.881	373.129	212.717	13.978	226.695	552.965	46.859	599.824																																													
Despesas Gerais e Administrativa	(32.325)	(2.989)	(35.314)	(31.984)	(3.810)	(35.794)	(64.309)	(6.799)	(71.108)	(32.514)	(3.471)	(35.985)	(96.823)	(10.270)	(107.093)																																													
Lucro operacional Antes do Resultado Financeiro	130.352	13.376	143.728	145.587	12.706	158.293	275.939	26.082	302.021	180.203	10.507	190.710	456.142	36.589	492.731																																													
Resultado financeiro	(46.303)	(2.627)	(48.930)	(53.194)	(2.830)	(56.024)	(99.497)	(5.457)	(104.954)	(49.101)	(2.755)	(51.856)	(148.598)	(8.212)	(156.810)																																													
Lucro operacional antes do Imposto de Renda e contribuição social	84.049	10.749	94.798	92.393	9.876	102.269	176.442	20.625	197.067	131.102	7.752	138.854	307.544	28.377	335.921																																													
Imposto de renda e contribuição social	(27.658)	(3.859)	(31.517)	(29.822)	(2.205)	(32.027)	(57.480)	(6.064)	(63.544)	(44.784)	(1.387)	(46.171)	(102.264)	(7.451)	(109.715)																																													
Lucro líquido do período	56.391	6.890	63.281	62.571	7.671	70.242	118.962	14.561	133.523	86.318	6.365	92.683	205.280	20.926	226.206																																													
	31.03.2009												Trimestre findo em 30.06.2009												Semestre findo em 30.06.2009												Trimestre findo em 30.09.2009												Período de 9 meses findo em 30.09.2009											
Receita líquida de Vendas e/ou Serviços	217.919	243.001	460.920	287.309	210.376	497.685	505.228	453.377	958.605	335.302	156.365	491.667	840.530	609.742	1.450.272																																													
Custo de bens e/ou serviços	(152.435)	(216.724)	(369.159)	(156.608)	(183.248)	(339.856)	(309.043)	(399.972)	(709.015)	(165.268)	(130.897)	(296.165)	(474.311)	(530.869)	(1.005.180)																																													
Resultado Bruto	65.484	26.277	91.761	130.701	27.128	157.829	196.185	53.405	249.590	170.034	25.468	195.502	366.219	78.873	445.092																																													
Despesas Gerais e Administrativa	(28.465)	(2.159)	(30.624)	(32.753)	(5.758)	(38.511)	(61.218)	(7.917)	(69.135)	(30.016)	(4.513)	(34.529)	(91.234)	(12.430)	(103.664)																																													
Lucro operacional Antes do Resultado Financeiro	37.019	24.118	61.137	97.948	21.370	119.318	134.967	45.488	180.455	140.018	20.955	160.973	274.985	66.443	341.428																																													
Resultado financeiro	(27.897)	(2.543)	(30.440)	(29.952)	(2.620)	(32.572)	(57.849)	(5.163)	(63.012)	(55.956)	(2.487)	(58.443)	(113.805)	(7.650)	(121.455)																																													
Lucro operacional antes do Imposto de Renda e contribuição social	9.122	21.575	30.697	67.996	18.750	86.746	77.118	40.325	117.443	84.062	18.468	102.530	161.180	58.793	219.973																																													
Imposto de renda e contribuição social	(5.179)	(7.206)	(12.385)	(22.239)	(7.161)	(29.400)	(27.418)	(14.367)	(41.785)	(28.107)	(6.140)	(34.247)	(55.525)	(20.507)	(76.032)																																													
Lucro líquido do período	3.943	14.369	18.312	45.757	11.589	57.346	49.700	25.958	75.658	55.955	12.328	68.283	105.655	38.286	143.941																																													

**Proposta de Orçamento de Capital****ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O ANO DE 2011**

	R\$ mil
<b>CAIXA INICIAL</b>	<b>1.265.163</b>
Fluxo de caixa gerado pelas operações depois de imposto de renda	888.829
Disposições de novos financiamentos e receitas financeiras menos amortizações de financiamentos e pagamentos de despesas financeiras	175.734
Pagamento de dividendos	-68.651
<b>CAIXA DISPONÍVEL PARA INVESTIMENTOS</b>	<b>2.261.075</b>
Investimentos previstos Concessionárias	-1.065.000
Outros Investimentos em projetos e equipamentos	-10.000
<b>SALDO DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.186.075</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****ACIONISTA COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA						
Companhia: OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PARTÍCIPIES EN BRASIL UNIPERSONAL S L*	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO	8.213.800	11,92			8.213.800	11,92
CSHG VERDE MASTER FIM	5.080.400	7,37			5.080.400	7,37
GREEN HG FUND LLC	1.743.700	2,53			1.743.700	2,53
CSHG VERDE EQUITY MASTER FIA	1.342.700	1,95			1.342.700	1,95
CSHG PHIREN FIA	31.000	0,05			31.000	0,05
CSHG CABRA FIA	16.000	0,02			16.000	0,02
SKOPOS ADM. DE RECURSOS LTDA.	5.770.300	8,38			5.770.300	8,38
SKOPOS MASTER FUNSO INV AÇÕES	3.840.100	5,57			3.840.100	5,57
SKOPOS FUND LLC	1.195.300	1,74			1.195.300	1,74
SKOPOS HG GREY CITY FUND LLC	352.700	0,51			352.700	0,51
SKOPOS HG BRK FUND LLC	349.700	0,51			349.700	0,51
SKOPOS CARDEAL FIA	32.500	0,05			32.500	0,05
KENDALL DEVELOPS S L*	3.444.445	5,00			3.444.445	5,00
OUTROS	10.127.017	14,70			10.127.017	14,70
<b>Total</b>	<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>			<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>

\*Sede: Espanha

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: PARTÍCIPIES EN BRASIL UNIPERSONAL S L					Posição em 31/12/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL	1.366.740	100,00			1.366.740	100,00
<b>Total</b>	<b>1.366.740</b>	<b>100,00</b>			<b>1.366.740</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL					Posição em 31/12/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OBRASCON HUARTE LAIN S.A.	162.859.973	100,00			162.859.973	100,00
<b>Total</b>	<b>162.859.973</b>	<b>100,00</b>			<b>162.859.973</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OBRASCON HUARTE LAIN S.A.					Posição em 31/12/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GRUPO VILLAR MIR, S.L.U.	44.680.485	44,80			44.680.485	44,80
ESPACIO ACTIVOS FINANCIEROS, S.L.U.	10.392.204	10,42			10.392.204	10,42
FERROATLÁNTICA, S.L.	1.690.000	1,69			1.690.000	1,69
FERTIBERIA, S.A.	574.478	0,58			574.478	0,58
OUTROS - MERCADO	42.403.775	42,51			42.403.775	42,51
<b>Total</b>	<b>99.740.942</b>	<b>100,00</b>			<b>99.740.942</b>	<b>100,00</b>

\* Controlada 100% pela Imobiliária Espacio S.A.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: GRUPO VILLAR MIR SLU					Posição em 31/12/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INMOBILIARIA ESPACIO S.A.	551.696	100,00			551.696	100,00
<b>Total</b>	<b>551.696</b>	<b>100,00</b>			<b>551.696</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: INMOBILIARIA ESPACIO S.A.					Posição em 31/12/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JUAN VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
SILVIA VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
ÁLVARO VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
CAIZ, S.L.	140.870	5,61			140.870	5,61
AÇÕES EM TESOURARIA	208.015	8,28			208.015	8,28
<b>Total</b>	<b>2.512.299</b>	<b>100,00</b>			<b>2.512.299</b>	<b>100,00</b>

**ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM**

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Contrato de Participação no Novo Mercado, a este Estatuto Social, às disposições da Lei n.º 6.404/76, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, aos regulamentos da BOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, ou delas decorrentes ou a elas relacionadas, bem como as constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida na Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara, podendo as partes, nos termos do Capítulo 12 do mesmo Regulamento, escolher de comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

## **Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da Sociedade é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais relatório financeiro (IFRS) emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **ÊNFASE**

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

#### **INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 24 de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

## Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche & Tohmatsu, por unanimidade opina favoravelmente à aprovação em Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 26 de abril de 2011, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$289.055.067,11 (duzentos e oitenta e nove milhões, cinqüenta e cinco mil, sessenta e sete reais e onze centavos), sendo (i) R\$14.452.753,36 (quatorze milhões, quatrocentos e cinqüenta e dois mil, setecentos e cinqüenta e três reais e trinta e seis centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$68.650.578,44 (sessenta e oito milhões, seiscentos e cinqüenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2010, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, correspondente a R\$0,996540667632783 (zero vírgula nove, nove, seis, cinco, quatro, zero, seis, seis, sete, seis, três, dois, sete, oito, três) por ação; e (iii) R\$205.951.735,32 (duzentos e cinco milhões, novecentos e cinqüenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76.

São Paulo, 23 de março de 2011.

Conselheiros:

Ronaldo Fiorini

Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho

Eduardo Cysneiros de Moraes

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa

Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa

Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Ajustes DRE (participação dos sócios não controladores) e DMPL.